



Boletim do

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Publicação trimestral do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional - Versão em Português - Junho de 2010 - R\$ 3,00



Um ano da morte de Guillermo Lora

**Publicamos em sua homenagem
dois textos de sua autoria:**

- Os Estados Unidos Socialistas da América Latina
- A IV Internacional tem de ser posta em pé

Declaração do Cerqui sobre o ataque de Israel

Em defesa da autodeterminação do Irã

**Brasil: Resolução sobre as eleições -
defesa do voto nulo programático**

Teses ao Congresso do POR boliviano

Crise Mundial:

A Europa é apenas um elo da crise que afeta todo o mundo

Guillermo Lora – uma vida dedicada à revolução proletária

Em 17 de maio de 2009, perdemos um dos marxistas mais sólidos. Certamente, Guillermo Lora tenha sido o mais profícuo teórico comunista da segunda metade do século XX e começo do XXI. Soldou com tal força a prática e a teoria que se compara aos grandes dirigentes marxistas, da primeira metade do século XX, como Lênin, Trotsky e Rosa Luxemburgo.

O fato das condições históricas não ter permitido ao Partido Operário Revolucionário destruir o poder da burguesia e elaborar sua obra em um país de capitalismo tão atrasado contribuíram decisivamente para ocultar o valor inestimável dos escritos de Lora para o movimento revolucionário mundial. Mas não são as únicas razões. Apontamos ainda o obstáculo que foram e têm sido as correntes revisionistas do trotskismo.

A dissolução da IV Internacional com a traição de Michel Pablo e a incapacidade de seus opositores (Pierre Lambert etc.) de sustentar o internacionalismo baseado no Programa de Transição isolaram o POR boliviano. Para isso, contribuíram as incompreensões e, sobretudo, os ataques difamadores do pablismo sobre um suposto nacionalismo do POR. O que tem sido até hoje reproduzido e repetido cada vez que surge uma divisão no seio das inúmeras correntes que desgraçadamente se reivindicam da IV Internacional.

Guillermo respondeu a todas injúrias, mas bastavam os abundantes documentos escritos no fogo da luta para se pôr de lado os adversários desleais. Conviemos com o dirigente do POR



e vimos o quanto lamentava o isolamento imposto, mas encolhia os ombros em sinal de desprezo àqueles que atavam o POR sem tomar em conta os documentos e a história do partido – o partido trotskista mais antigo da América Latina.

Não há dúvida de que a possibilidade da revolução na Bolívia é a que mais tem sido maturada em nosso

continente. Por outro lado, o proletariado mundial está diante de uma crise do capitalismo que se estenderá e provocará ondas inimagináveis da luta de classes.

É no combate pela revolução proletária na Bolívia e pela construção dos partidos nos demais países que a obra de Guillermo Lora se imporá como uma condição programática, como se impõe a de Marx, Engels, Lênin e Trotsky. Um bom trabalho no Brasil para abreviar a construção do POR, recuperar o proletariado de seu atraso e avançar a revolução contribuirá decisivamente para que a rica experiência boliviana seja assimilada e

os trabalhos de Lora sejam melhor aproveitados para a revolução proletária.

Este Boletim Internacional do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional é dedicado a um ano da morte de nosso camarada Guillermo Lora. Publicamos os textos “A IV Internacional tem de ser posta em pé”, extraído da revista *Revolução Proletária* nº 1, novembro de 1993, e “Os Estados Socialistas da América Latina”, que se encontra no livro *Revolução e Foquismo – crítica marxista ao ultra-esquerdismo aventureiro*.



A IV Internacional tem de ser posta em pé

Suportamos as conseqüências desastrosas da atual crise econômica estrutural do capitalismo. Se somos marxistas temos de concluir que está colocada a possibilidade da revolução proletária. Isto nos obriga a voltar todos os esforços para pôr em pé a IV Internacional, marxista-leninista-trotskista.

Somos militantes revolucionários, o que leva a que estejamos imersos nas massas em todos os países onde nos encontramos. Partimos da realidade concreta e não de uma abstração. Não partimos do zero, mas do trabalho que ocorre nos diferentes países e impulsionamos a formação de seções onde não existam.

Parece-nos absurdo os esquemas de que primeiro deve aparecer a Internacional, para depois modelar a sua imagem e semelhança as seções nacionais; ou que devemos começar trabalhando a criação dos partidos em cada país, para depois reuni-los em uma poderosa organização mundial. A experiência até agora nos ensina que ambos trabalhos devem ser simultâneos.

Partimos do Programa de Transição, que - junto com o Manifesto Comunista, as resoluções dos Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista - constituem a base de nosso movimento. Não consideramos, como tantas seitas autodenominadas "trotskistas", o Programa de Transição como um amontoado de consignas, mas um método que nos permite projetar para as massas, partindo da luta pelas suas necessidades diárias, até a conquista do poder. Para nós, a finalidade estratégica - a revolução e ditadura proletárias - permanece invariável, porque corresponde à essência da luta de classes, das leis do desenvolvimento e transformação do capitalismo. Declaramos isso deliberadamente, por considerar necessário traçar a linha que nos separa de tantos renegados, revisionistas e democratizantes assumidos que perambulam pelo mundo.

O Programa de Transição da IV Internacional, apesar de suas limitações em muitos aspectos, constitui o ponto culminante da discussão feita no campo marxista sobre como superar a divisão do programa máximo e mínimo, divisão que se converteu em um dos ingredientes do reformismo, da social-democracia, do estalinismo etc.

O Programa de Transição foi escrito por Trotsky no verão de 1938, tendo como antecedente mais próximo o programa de ação elaborado para a Liga Comunista da França.

O próprio Trotsky assinalou que o documento deveria ser considerado "como uma primeira aproximação", "havia coisas que faltavam", "não se falava da tomada do poder, da revolução social, da transformação da sociedade capitalista na ditadura, da ditadura no socialismo". "Muitas coisas apenas eram um esboço, os comentários e polêmicas, não eram de conjunto próprios de um programa". Por outro lado, como todo programa, era uma resposta ao seu tempo, levava sua marca (o longo capítulo dedicado ao fascismo, por exemplo), e é claro que muitas de suas consignas podiam caducar e outras estarem ausentes conforme o desenvolvimento dos acontecimentos.

Sabemos que a parte final de capítulo II do Manifesto Comunista, a plataforma de luta de dez pontos caducou muito rápido. A parte dedicada aos países atrasados é muito breve, apenas indicativa, se nota que fez falta um maior desenvolvi-

mento.

Partindo das observações críticas do próprio Trotsky, seu biógrafo e ex-militante da Oposição de Esquerda, Isaac Deutscher se esmerou em pontuar suas limitações. Mais tarde o pablismo falará de um programa superado pelos acontecimentos, com a intenção reformista de substituí-lo por outro.

Apesar de tudo, trotskistas de quase todos os países (na Argentina, os moreno-peronistas, etc.) incorreram numa deformação programática que já foi descrita por Trotsky: "ficar nas linhas gerais" do programa, sem levar em conta as particularidades nacionais, ou seja, não elaborar o programa e a teoria da revolução desse país. Outro defeito consiste em não ligar o programa que arranca das particularidades nacionais com os traços gerais do capitalismo, da luta internacional etc.

A experiência mundial, realizada pela tentativa de estruturar a IV Internacional, deixou sua lição - lamentavelmente não assimilada até agora - de que os grupos nem bem se formam e são ganhos pelo revisionismo, pelo ultra-esquerdismo, pelo reformismo democratizante, mudam de conteúdo de classe, e isso se transforma em fenômeno irreversível. Não resta mais esperanças que ganhar militantes soltos destes grupos, com a condição de que, com ajuda de uma profunda autocrítica, compreendam as raízes de seus equívocos e os superem realmente.

O objetivo é a estruturação da Internacional forjada no marxismo-leninismo-trotskista, baseada no Programa de Transição. Não podemos esquecer que procuramos construir uma direção revolucionária mundial e esta não pode ser substituída por um monte de tendências e indivíduos, mas por seções e revolucionários bolcheviques (profissionais) temperados no programa, cuja finalidade estratégica se sintetiza na revolução e ditadura proletárias. Construiremos a Internacional como a plataforma para forjar coletivamente a linha política internacional e também as políticas nacionais; este cenário permitirá a todas as seções assimilar criticamente a experiência das lutas operárias nacionais e escala internacional. As seções, que atuam nos países em que ocorreram um importante avanço da consciência de classe dos trabalhadores, terão na IV Internacional a direção que lhes permita avançar em sua luta revolucionária. As seções que se estruturam em países tanto política como teoricamente mais atrasados darão um salto adiante.

De qualquer forma, nada parecido com esta "Internacional dos Trabalhadores", organização difusa, que certamente não pode dirigir a revolução internacional e que, com certeza, se converteria numa força desorientadora.

Sabemos que nosso trabalho será titânico, obrigatoriamente lento. Sem dúvida, somente a IV Internacional, superando todos os ensaios feitos até aqui, poderá contribuir ao avanço da revolução política na ex-URSS, nos países do Leste Europeu, na China, em Cuba etc., ao mesmo tempo em que impulsionará a revolução proletária no resto do mundo. Esta gigantesca tarefa exige que grandes esforços contribuam para sua materialização.

Um dos caminhos que necessariamente teremos de percorrer se refere à urgência de assimilar e superar autocriticamente as múltiplas experiências vividas neste terreno. Isto não signi-

fica ignorar as lutas que os explorados e oprimidos vivem em todos os rincões do mundo. Buscamos aprender com a nossa própria experiência, para potencializar o combate que travamos por alcançar o poder.

As páginas da revista “Revolução Proletária” nos permitirão oferecer a todo o mundo as experiências mais valiosas do trotskismo internacional, isto porque somente desta forma poderemos potencializar e unir o trabalho titânico que os camaradas vêm realizando em todos os países.

Um exemplo. Teremos muito interesse em levar ao conhecimento de todos os trotskistas que queiram ler a riquíssima -- e quase ignorada -- experiência do Partido Operário Revolucionário boliviano. Que de forma decisiva contribuiu para a transformação da classe operária do país altiplano e que tão vigorosamente penetrou nas massas exploradas e oprimidas, na própria história e cultura nacionais. Ultimamente, seus avanços no problema crucial da libertação das nacionalidades (aimarás, quéchuas, tupis-guaranis) subjugadas pelo minoritário Estado brancóide, servente do imperialismo, tem enorme importância. Toda esta riqueza teórica e política tem de ser colocada à disposição dos que estão empenhados em consumir a revolução proletária nos seus diversos países.

Queremos vencer as muralhas dos prejuízos do revisionismo em todas as áreas, da deslealdade e da ignorância na política. Tratando-se do POR boliviano, será muito aproveitável a discussão sempre que parta dos documentos - que são mui-

tos - elaborados pelos trotskistas coletivamente no combate e que estão à disposição de todos e não seguindo as falsidades e calúnias amplamente difundidas pelos revisionistas das mais diversas plumagens.

Sabemos que a contribuição mais importante para a estruturação da IV Internacional é realizando o trabalho de desenvolvimento da revolução proletária em nossos respectivos países. A assimilação crítica e generalizada da experiência alcançada nos permitirá a adequada atualização e superação das bases teóricas e programáticas. Toda revolução é sempre inédita da mesma forma como são as modificações que ocorrem na situação política imperante. O trabalho cotidiano no seio das massas nos permite atualizar e superar todas as colocações esquemáticas. É neste campo que se dão as criações teóricas. As novas idéias são respostas à maturidade da realidade social.

Neste número da revista do Comitê de Enlace, estão publicados os estatutos e nele se estabelece que se trata de uma organização internacional centralizada e que atua nos marcos do centralismo democrático, que só pode funcionar com a mais ampla democracia interna e a ação unitária no exterior. Até o presente momento, realizaram-se onze conferências e está programado para o ano de 1995 seu primeiro Congresso Internacional.

Extraído da Revista do Comitê de Enlace

“Revolução Proletária” nº 01 de novembro de 1993

Os Estados Unidos Socialistas da América Latina

Documento apresentado pelo POR-Bolívia à Conferência Latino-americana

1- Historicamente, a unidade da América Latina (na forma de um só Estado e uma só nação e como confederação de estados) foi formulada no início do século XIX como uma reivindicação democrática burguesa muito avançada. Se não pôde materializar-se então, foi devido aos interesses das grandes potências capitalistas, que impuseram à América Latina sua incorporação à economia capitalista mundial e que, para oprimi-la e explorá-la melhor, utilizaram o fácil recurso de fragmentá-la, seguindo a divisão introduzida pela administração espanhola e até os interesses do gamonalismo.

2 - Alguns Estados, como o boliviano, por exemplo, nasceram pela imposição da aristocracia latifundiária contra as correntes sindicalistas, que expressavam os interesses das camadas mais avançadas daqueles que lideraram a revolução emancipadora. Os projetos de unidade continental foram substituídos por outros regionais e até bilaterais, mas todos fracassaram ao não conseguirem vencer os minguidos interesses dos governos regionais e menos ainda o da oposição das metrópoles capitalistas. O vasto movimento da União Americana, que teve seu maior florescimento como respostas aos aprestos invasores da Espanha (Século XIX), naufragou com uma pose literária. Muito mais tarde, a intelectualidade pequeno-burguesa discursou e provocou escândalos jornalísticos ao redor da antiga bandeira. Por sua natureza de classe, a direção pequeno-burguesa não pôde desenvolver essa política por muito tempo e concluiu de joelhos perante o imperialismo. A história da unidade continental, como reivindicação limitada democraticamente, é a história do fracasso e da subserviência das burguesias nacionais. A burguesia não pôde criar as condições

materiais e o quadro necessário para o grande desenvolvimento capitalista da América Latina: converteu-se em instrumento de sua balcanização, servindo assim aos interesses imperialistas e até feudais.

3 - No período de desintegração mundial do imperialismo, os governos marionetes das republiquetas americanas não se cansaram de reivindicar fórmulas de unidade econômica regional, mas não o fizeram para se emancipar da metrópole ou para lhe oporem tenaz resistência, e sim para viabilizar seus planos de controle e maior exploração do continente, ou mesmo para se beneficiarem das migalhas jogadas pelos Estados Unidos em troca do alargamento do mercado interno, da uniformização das imposições aduaneiras, das modalidades de pagamento etc., todas medidas práticas que facilitavam a maior penetração imperialista. Estes pactos regionais favoreceram certos países, aqueles que conseguiram um maior desenvolvimento industrial às custas dos outros. Não são certamente o caminho da libertação e não podem nem devem ser confundidos com a ideia original de Bolívar, cuja maior preocupação era a de unir todos os latino-americanos para que não fossem engolidos pela voracidade dos europeus ou norte-americanos. Seria absurdo esperar que pelo caminho dos pactos regionais se pudesse cumprir, mesmo que parcialmente, a tarefa democrática formulada no século XIX.

4 - A unidade continental, como todas as tarefas democráticas pendentes, passou às mãos do proletariado, que luta para se converter em direção nacional, e assim se transforma fundamentalmente.

Se no século XIX foi de bandeiras democráticas, agora, no sé-

culo XX, expressadas pela classe operária, adquire projeções socialistas. Já não se trata de unir o continente para possibilitar o desenvolvimento do capitalismo latino-americano, e sim de utilizar a unidade continental para resolver as tarefas emergentes das revoluções lideradas pelo proletariado, e iniciadas nas fronteiras nacionais. A revolução permanente seguirá o caminho dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

A unidade continental nas mãos do proletariado deixou de ser limitadamente democrática para se transformar em um dos pré-requisitos imprescindíveis para a construção do socialismo.

5 - Como não há esperança de que sejam os governos marionetes do imperialismo, ou aquele que obedecem a linha nacionalista civil ou militar, que constituirão a unidade continental, somente se pode concebê-la como a obra criadora dos futuros governos operário-camponeses.

O fato de que a unidade continental só possa se dar, em nossa época, sob a forma dos Estados Unidos Socialistas da América Latina é consequência da mecânica particular das classes sociais nos países atrasados. As burguesias nacionais e seus substitutos pequeno-burgueses continuam falando em unidade e integração continental e até tentam realizá-las de maneira reduzida, como demonstram os planos regionais. Porém, nem as promessas nem os planos poderão ser totalmente materializados, já que os setores burgueses mais ousados ou as cúpulas pequeno-burguesas mais radicalizadas são, em definitivo, empurrados à trincheira contrarrevolucionária pelo proletariado, que se encaminha a superá-las politicamente e a destruir pela raiz seus interesses e privilégios. A unidade continental só pode ser concebida como parte da luta do proletariado, cujo instinto socialista o obriga a destruir o regime da propriedade privada. Não foi possível estruturar a unidade dos países latino-americanos porque a revolução dirigida pelo proletariado sofre um considerável atraso. Se a revolução se detiver na etapa democrática, não será possível materializar a unidade continental. O governo operário-camponês (tomado aqui em sua concepção equivalente à ditadura do proletariado apoiada pelos camponeses) não terá outro remédio senão estruturar os Estados Unidos Socialistas da América Latina, porque tem de seguir este rumo para poder estruturar o socialismo. A unidade continental, portanto, passa para nós pela revolução proletária, é um de seus aspectos de continentalização, é a forma prática do internacionalismo. Não se opõe à revolução mundial: ao contrário, desemboca nela. Se a revolução dos países atrasados é somente um aspecto da revolução socialista mundial, os Estados Unidos Socialistas da América Latina fazem parte deste processo. Sua estruturação é a projeção da revolução permanente no plano internacional. O tremendo desnível que se constata na evolução da consciência do proletariado dos diversos países impede que a revolução na América Latina se dê simultaneamente em todas as suas latitudes; porém, o proletariado vitorioso em uma das repúblicas não poderá deixar (se deseja consolidar sua vitória e fundar as bases materiais da futura sociedade) de se projetar internacionalmente, de conectar-se ao processo da revolução internacional, que como objetivo imediato não pode menos do que ser considerada como latino-americana.

6 - O estalinismo não fala dos Estados Unidos Socialistas da América Latina, porque este se opõe com a concepção de revolução democrático-burguesa e por etapas. Sustentadores das burguesias nacionais, proponentes da coexistência pacífica, os estalinistas

podem naturalmente defender os projetos de integração regional almejados pelos organismos imperialistas. Para o estalinismo, o estabelecimento dos governos operário-camponeses e a revolução politicamente dirigida pelo proletariado não passam de utopias ultraesquerdistas; não há lugar em seus esquemas capituladores para os Estados Unidos Socialistas da América Latina.

A ultraesquerda parte do pressuposto de que a revolução latino-americana será simultânea e não se cansa de elaborar planos foquistas com a intenção de acender a fagulha da rebelião em todo o continente. É explicável esta atitude se se considera que os foquistas confessos e também os envergonhados atuam e fazem planos às costas das massas, pretendendo substituí-las. Eles não levantam os Estados Unidos Socialistas como parte do processo da revolução liderada pelo proletariado, porque para eles esta última nem sequer existe. Falam da revolução do povo e do governo do povo (em suas declarações e documentos, o povo é uma abstração, e não algo concreto e formado por classes sociais que têm interesses e comportamentos diferentes). Para eles, não existem tarefas democráticas não cumpridas, e ainda menos fazendo parte da revolução, que sonham ser puramente socialista. Não podem se dar conta do significado que adquire o fato de que a bandeira da unidade continental passe das mãos da caduca burguesia nacional às do proletariado.

É somente o trotskismo, força política chamada a ajustar sua conduta às leis da revolução permanente, que são as leis da revolução nos países atrasados de nossa época, que inclui em seu programa a bandeira dos Estados Unidos Socialistas da América Latina, não como uma abstração teórica, e sim como uma norma para a ação militante e como um norte para a mobilização das massas exploradas. Essa bandeira nos permite desmascarar o caráter reacionário e entreguista, em última análise, dos governos denominados nacionalistas. Por outro lado, tendo como norte a unidade continental sob os governos operário-camponeses, facilmente se descobre o caráter pró-imperialista das tentativas integracionistas regionais.

7 - Como assinalado pelo Programa de Transição, a luta pela libertação dos países atrasados da opressão imperialista é uma das tarefas fundamentais da revolução. Até o momento, a tática da frente antiimperialista e a própria luta contra a opressão estrangeira têm sido consideradas dentro da concepção estalinista: uma frente que anula a luta de classes, que deve desembocar na unidade nacional e que deve ser dirigida pela burguesia ou pela pequena-burguesia.

A efetiva luta contra o imperialismo, a formação da frente revolucionária antiimperialista dirigida pela classe operária não pode ser concebida à margem do objetivo dos Estados Unidos Socialistas da América Latina; só assim o proletariado unido em escala continental, firmemente conectado à revolução mundial, pode opor resistência e derrotar o imperialismo, que atua e oprime por cima das fronteiras nacionais. Os trotskistas levantam alto a bandeira da luta antiimperialista e estamos certos de que concluirá na vitória por ser dirigida pelo proletariado, porque para nós o antiimperialismo é somente um aspecto da revolução liderada por esta classe. Aqueles que pregam o antiimperialismo como uma etapa prévia desta revolução, como um período de subordinação da consciência proletária às direções políticas que lhes são estranhas, não fazem outra coisa senão preparar as condições para a derrota do movimento revolucionário.

Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional Pela imediata suspensão do bloqueio a Faixa de Gaza Punição aos crimes de Israel contra os palestinos

O fuzilamento de ativistas do barco Mavi Marmara em águas internacionais foi mais um dos acontecimentos que indicam a prepotência do Estado sionista israelense. Desta vez, no entanto, os fuzilados são pacifistas que faziam parte de um comboio de cerca de 700 manifestantes que pretendiam furar o bloqueio de Gaza, levando ajuda humanitária aos mais de um milhão de palestinos que sobrevivem à míngua.

Sem dúvida, a “Flotilha da Liberdade” representava uma ação política de denúncia do cerco policial-militar imposto por Israel, cujo objetivo é o de limitar a resistência palestina por meio da asfixia econômica. O bloqueio não somente cerceia a entrada de armas para o Hamas como também o comércio. Os sionistas esperavam que, com o controle externo da vida econômica em Gaza e com a crescente miséria das massas, houvesse o enfraquecimento da resistência. É nesse mesmo sentido que Israel construiu o muro na Cisjordânia.

Ativistas e personalidades de 38 países não esperavam que Benjamin Netanyahu autorizasse um assalto aos barcos e o fuzilamento daqueles que resistissem. Estavam desarmados e a Flotilha não ultrapassa os limites do humanitarismo. Havia uma grande publicidade internacional sobre o comboio. Governos, autoridades e intelectualidade de vários países aprovaram o gesto pró-palestinos. Portanto, o máximo que o Ministro da Defesa de Israel faria era instruir as forças de repressão a bloquear a entrada da Flotilha em águas israelenses e aprisionar os tripulantes. Se assim fosse, estaria cumprida a missão de denúncia. Mas às 4:30 da madrugada houve a invasão do Miamar e nove ativistas mortos. Evidenciou-se que o militarismo sionista não distingue pacifistas de guerrilheiros.

Diante da repercussão mundial, o governo procurou montar a farsa da autodefesa dos soldados ameaçados pela inesperada resistência de homens armados de facas e estilingues. Acusou a Al-Qaeda de estar por trás da ONG Fundação para os Direitos Humanos e

Resgate Humanitário, que promoveu o comboio. Alegou legitimidade em atacar os barcos em águas internacionais. Mas não havia como justificar a matança de ativistas desarmados. Israel cometia mais um ato de guerra e terror contra inimigos desprovidos de capacidade militar à altura do embate.

A burguesia imperialista se deparou com um crime com o qual não poderia compartilhar abertamente. No entanto, também não poderia reconhecê-lo como tal. No Conselho de Segurança da ONU, aprovou-se uma moção de lamento sobre perdas de vida desnecessárias. A condenação moral de as mortes ocorrerem em águas internacionais deu o tom jocoso da nota. Terror de estado, desumanidade, crime abominável, massacre, grosseira violação! Eis algumas das declarações de autoridades. O governo turco deu o tom da indignação. A embarcação atacada hasteava sua bandeira. Vários mortos são de sua nacionalidade. França, China e Rússia exortaram Israel a pôr fim ao bloqueio. Mas sabiam que os Estados Unidos iriam temporizar e o Conselho de Segurança cumpriria o seu ritual de sempre. No entanto, montou-se o circo na ONU

A imprensa mundial que ecoou a hipócrita indignação no calor das mortes logo foi cedendo espaço aos sionistas. A burguesia judia espalhada pelo mundo influencia as notícias até os confins. Um batalhão de jornalistas a soldo saiu a amenizar o choque. Nem é preciso falar da imprensa norte-americana. As versões do governo israelense foram adaptadas de forma a ocultar o crime e a desresponsabilizar o Estado sionista. Os Estados Unidos instruíram Netanyahu a não se apegar à versão mentirosa. Assim, a imprensa passou a enfatizar que as mortes ocorreram por falta de planejamento. Faltou uma boa informação. O excesso de força diante da resistência poderia ser evitado. E o governo israelense admitiu que houve erros estratégicos, mas que não violou leis internacionais. Que seus soldados se viram em situação de perigo e que apenas reagiram em legítima defesa.

Criou-se a pendenga sobre a explicação dos acontecimentos. Os Estados Unidos querem que o governo israelense apure as circunstâncias do ocorrido e apresente sua investigação ao Conselho de Segurança da ONU. Outros governos pedem que haja uma investigação por uma comissão internacional. Organizações de Direitos Humanos apóiam uma investigação independente. Por essa via, cria-se um meandro jurídico e burocrático que resultará no apaziguamento dos ânimos. O ato cristalino de prepotência e barbárie do Estado sionista é embaçado por falsa polêmica e pela legalidade. Não há nada a ser investigado. O ataque militar ao navio tripulado por ativistas pacíficos deixou nove mortos, inúmeros feridos, cerca de setecentos prisioneiros, as embarcações raptadas e as cargas de bens utilitários apreendidos. Isso é tudo.

Israel é um enclave criado artificialmente pelo imperialismo. Foi imposto pela guerra de ocupação e pela expulsão dos palestinos. É sustentado por um Estado militarista e expansionista. Depende dos massacres e do colonialismo para se manter. O fuzilamento dos pacifistas é uma parte pequena da mortandade de palestinos. Na última ofensiva militar contra o Hamas, as forças de ocupação de Gaza deixaram mil e quatrocentos mortos, a maioria de civis. O governo não teve como esconder a utilização de bombas de fósforo, proibida por tratados internacionais. Os sionistas se valem de toda forma de violência reacionária contra o movimento palestino de libertação.

Os Estados Unidos espalham a ilusão de um acordo de paz. Inúmeras tentativas foram frustradas, apesar das posições conciliadoras do Fatah e da Autoridade Palestina. Anualmente, 3,5 bilhões de dólares são entregues pela Casa Branca a Israel, que por sua vez agiganta uma poderosa indústria bélica e mantém uma sofisticada máquina de guerra. As potências conseguiram dividir os palestinos entre a Faixa de Gaza e a Cisjordânia. Diante da vitória eleitoral do Hamas em janeiro de 2006, o imperialismo condicionou a ajuda finan-

ceira ao desarmamento da resistência e à volta ao poder da fração conciliadora dirigida por Mahamud Abbas.

Tornou-se inviável a convivência entre o Hamas e o Fatah. A tomada do poder em Gaza pelo Hamas, em junho de 2007, acirrou o cerco de Israel à Faixa e a ofensiva de anexação de parte da Cisjordânia. Evidenciou-se que o Estado sionista necessita das anexações e do permanente estado de beligerância. Um Estado palestino soberano e minimamente armado é inaceitável, considerando a relação de força estabelecida pelo apoio dos Estados Unidos a Israel.

Inúmeras resoluções e condenações foram feitas para que a burguesia sionista arrefecesse sua política expansionista e admitisse direitos aos palestinos, ainda que restritos. Entra governo e sai governo, e simplesmente desconhecem-nas. Não somente porque os Estados Unidos ditam a farsa, mas também porque a burguesia semicolonial envolvida no conflito colabora com o sionismo. O exemplo mais flagrante é do Egito, que cumpre um acordo com Israel de manter suas fronteiras com Gaza bloqueadas. Hosni Mubarak foi um dos que lamentou o “uso da força contra civis inocentes”. Mas os palestinos sabem que o governo egípcio é conivente com a asfixia imposta a Gaza.

Manifestantes tomaram as ruas do Cairo e Alexandria. A bandeira de defesa do Hamas foi levantada pelas manifestações. As massas exigiram o fim do bloqueio, em franca oposição à subserviência do governo de Hosni Mubarak aos Estados Unidos. Depois das derrotas militares de 1967 e 1973, a burguesia egípcia recuou em suas posições contrárias ao sionismo e assinou os acordos de Camp David em que se colocou pela defesa da existência do Estado de Israel. Estavam estabelecidas as exigências de o Egito seguir a orientação dos Estados Unidos para o conflito da burguesia sionista com os palestinos. As massas nas ruas podem romper o cerco reacionário à Faixa de Gaza.

A burguesia árabe há muito se tornou serviçal dos Estados Unidos. A barbárie praticada pelos sionistas não é apenas de sua responsabilidade, mas também da burguesia árabe e, sobretudo, das potências. Nisso reside o cinismo daqueles que se indignaram com a prepotência de Israel e com o “excesso de força”. Nisso reside também a hipocrisia daqueles que clamam para que

Israel faça um ato de contrição e suspenda o bloqueio a Gaza.

É notória ainda a conduta da burguesia turca. Tem cumprido a função de mediar os conflitos com Israel no Oriente Médio, servindo à diplomacia norte-americana. Abastece-se de armamentos comprando-os do Estado sionista. Realiza manobras militares como o exército de Israel. A ocupação do navio Miamar e a morte de nove ativistas turcos obrigaram o primeiro-ministro Recep Tayyip Erdogan a taxar a ação de “terror de Estado”. Não se esperava que a prepotência de Israel chegasse a ponto de massacrar tripulantes indefesos e ainda mais em uma embarcação que partiu da Turquia. O governo pró-sionismo antecipou a condenação do ato diante da inevitável reação dos trabalhadores e da juventude turcos.

As massas saíram às ruas na Cisjordânia, Líbano, Jordânia, Iraque, Índia, Argélia, Itália, França, Inglaterra exigindo punição ao governo israelense e fim do bloqueio a Gaza. Em vários lugares, os manifestantes marcharam sob a bandeira de “Tribunal Penal Internacional”, para julgar Binyamin Netanyahu. Mas esse “Tribunal” somente serve para quem o imperialismo considera praticante de crimes hediondos. É um instrumento político manietado. Apesar dos Estados Unidos não o reconhecer, tem poderes para impedir qualquer ação contra Israel.

A resistência palestina ao colonialismo sionista tem sido importante para a luta antiimperialista. O Hamas conta com apoio de grandes camadas oprimidas em Gaza, Cisjordânia, Egito, Líbano etc. Colocou-se em choque com a via de conciliação e de capitulação do Fatah. Sem dúvida, ocupa um importante lugar na evolução dos explorados no enfrentamento com o imperialismo. Mas atém-se ao nacionalismo pequeno-burguês. É necessário reconhecer e frisar essa limitação.

O objetivo histórico de constituir um Estado palestino soberano passa pela dissolução do Estado sionista. O nacionalismo radical do Hamas esbarra nessa tarefa ao se dirigir para a constituição de um Estado burguês, ou seja, à formação da classe burguesa, que se encontra em situação de latência. Não por acaso, o Fatah, OLP e Autoridade Palestina trilham a negociação de um Estado subordinado, anexado ao Estado de Israel. A tese de dois Estados

é obra do imperialismo. Surgiu já em 1947 com a decisão da ONU de dividir a Palestina em duas partes. Mas resultou tão-somente na imposição do Estado judeu. As dificuldades de um acordo para a edificação do Estado palestino se mostraram gigantescas em diversas tentativas de conciliação (acordos de Oslo, 1993; de Wye Plantation, 1999; de Camp David, 2000; plano de paz Mapa da Estrada; 2003).

O sionismo necessariamente ocupa um lugar expansionista e colonialista no Oriente Médio. O imperialismo manobra com a contradição manifesta na contingência de Israel de anexar territórios e na necessidade dos palestinos formarem um Estado nacional. As frações da burguesia árabe pró-imperialistas servem à causa sionista. E as suas frações nacionalistas se mostram impotentes para levar as massas a se levantarem em uma frente única antiimperialista. O Irã e a Síria que apóiam o Hamas auxiliam a causa palestina em função e nos limites de seu próprio nacionalismo burguês. Os palestinos são uma moeda de troca para a burguesia iraniana e síria frente ao imperialismo e a Israel.

Acontecimentos trágicos como o assassinato de pacifistas em águas internacionais mexem com as relações entre os países diretamente envolvidos, perturbam a estabilidade do apoio incondicional das potências à política militar de Israel e mexem com o ódio das massas à opressão sionista. No entanto, a ausência do partido revolucionário como direção dos explorados não permite avançar o combate antiimperialista e anti-sionista.

O estalinismo tem muita responsabilidade quanto à ocupação da Palestina pelos sionistas e por sua divisão. O III Internacional estalinizada foi incapaz de combater no terreno revolucionário o nazifascismo, que resultou na matança de judeus e na 2ª Guerra Mundial. Na situação de pré-guerra, cedeu às pressões de Hitler, dispondo-se a entregar a Polônia, cuja carnificina de judeus não se apagará nunca. Na guerra, alinhou-se às forças imperialistas com a falsa caracterização de democráticas e participou da redivisão do mundo.

O movimento sionista que vinha reunindo forças desde a 1ª Guerra, ora apoiado, ora limitado pela Inglaterra que imperava no Oriente Médio, se potenciou com a vitória dos Estados Uni-

dos na 2ª Guerra. A premissa de dois Estados não era o objetivo dos líderes que trabalhavam em território palestino pela imigração judaica. Mas tiveram de admiti-la para obter da ONU a criação do Estado de Israel.

Principal artífice do sionismo em terras palestinas, Ben Gurion tinha claro que, uma vez que as potências estabelecessem os limites do Estado sionista, por meio da força econômica e militar, haveria a ampliação territorial. Era claro que o movimento pela pátria judia tomava a forma de expulsão da população palestina e que somente teria capacidade para se implantar com auxílio do imperialismo. O apoio da Inglaterra depois da 1ª Guerra se tornou fundamental, apesar dos conflitos subseqüentes. Mas o decisivo foi a intervenção dos Estados Unidos, que calcularam estrategicamente um Estado sionista dependente e instrumento de sua política de dominação no Oriente Médio.

Bem Gurion, participante de um movimento que englobava “socialistas” sionistas, tinha claro que o anti-sionismo do bolchevismo se devia à caracterização de que o movimento expressava interesses do imperialismo inglês. Mesmo compreendendo as inequívocas posições do programa bolchevique de luta contra o anti-semitismo e os resultados práticos da Revolução Russa, Gurion se guiava pela conquista do apoio da burguesia inglesa. A questão não era o anti-semitismo, uma forma de racismo e de perseguição, que somente desaparecerá na sociedade comunista, mas sim o sionismo. O bolchevismo assinalou o conteúdo social tanto do anti-semitismo quanto do sionismo, ou seja, o caráter burguês, de opressão de classe. Não por acaso, a burguesia judia de Israel desenvolve o racismo contra os árabes.

O bolchevismo travou duros embates contra a corrente sionista, inclusive à que se intitulava de socialista (Bund), que procurava compatibilizar o sionismo com a socialdemocracia revolucionária e que procurava separar os operários judeus dos russos sob alegação de que havia anti-semitismo. No fundo o que se pretendia era formular e implantar o programa nacionalista de uma nação para os judeus. Lênin desenvolve a crítica ao sionismo com os fundamentos da divisão de classe, demonstrando o conteúdo burguês do movimento e

o artificialismo da tese de reunir os judeus espalhados pelo mundo e assimilados em várias línguas em uma nação judia. De fato, confirmou-se a posição do leninismo - a criação do Estado de Israel foi obra da burguesia imperialista. Surgiu como instrumento de opressão nacional aos palestinos.

A política de Stálin, no entanto, afastou cada vez mais o Partido Comunista Russo e a III Internacional do bolchevismo, ou seja, do leninismo. Conseqüentemente, a diretriz estalinista foi de não colocar nenhum obstáculo ao avanço da implantação do Estado de Israel. Com o fim da guerra e a vitória dos Estados Unidos, deram-se as condições para a definitiva partilha. Em meados de 1947, o representante da União Soviética na ONU, Andrei Gromyko se posicionou a favor do Estado sionista. As massas palestinas recebiam o golpe da redivisão do mundo do pós-guerra.

Desta vez, diferentemente da 1ª Guerra, um Estado Operário, claro que degenerado, contribuía para as decisões da fração imperialista vencedora. Estavam dadas as facilidades para os sionistas terem livre acesso às armas e se prepararem para combater pela expansão de Israel para além das fronteiras determinadas pela partilha. As raízes inglesas do sionismo se estenderiam para os Estados Unidos, a potência capaz de decidir finalmente a criação do Estado de Israel.

Os explorados do Oriente Médio sofreram influência da Revolução Russa. Os movimentos democráticos de emancipação antifeudais e antimonárquicos receberam apoio do novo Estado Operário. Abriu-se um processo de formação dos partidos comunistas. Porém, a estalinização e a convivência com o sionismo interromperam a evolução dos oprimidos em direção às posições do internacionalismo proletário. O sionismo não poderia ser derrotado pelo nacionalismo burguês árabe. Pelo contrário, fortaleceu-se na década de 60 e 70, que coincidiu com a guerra fria e a ofensiva norte-americana no Oriente Médio.

Não haverá pacificação na Palestina enquanto estiver de pé o Estado sionista. Cabe apenas um Estado. A questão é por onde passará a recuperação da unidade da Palestina. O fim do Estado de Israel é o fim do Estado burguês erigido e mantido artificialmente e pela força. O que implica construir o partido revolucionário, como concebeu Lênin.

Há que se suprimir toda opressão, de classe e nacional. Um Estado Operário eliminará o sionismo, de forma que, destruindo o poder burguês, se destroem o expansionismo colonialista, a exploração de classe e as manifestações racistas. Não haverá um instrumento de combate ao anti-semitismo tão resolutivo e definitivo com a derrocada do Estado sionista do que o Estado baseado na propriedade coletiva dos meios de produção. Evidentemente, que cumpra um papel transitório para a sociedade comunista.

A classe operária do Oriente Médio terá de se unir e unir-se com os demais explorados para derrotar o sionismo. Tarefa que implica emancipar-se do nacionalismo da burguesia árabe, combatê-lo em cada um dos países e dirigir-se pelo internacionalismo marxista. A estratégia da revolução internacionalista implica a defesa dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Há que se tratar com seriedade a crise de direção. O capitalismo se desintegra e avança a barbárie. Não obstante, a classe operária está desorganizada. A contra-revolução estalinista permitiu à burguesia imperialista recuperar o terreno perdido. A liquidação da III Internacional mergulhou a humanidade na crise de direção. Não resta outro caminho senão pôr em pé a IV Internacional. A tragédia dos palestinos em grande parte se deve à ausência dos partidos revolucionários internacionalistas – marxista-leninista-trotskyistas. Em nossos próprios países, trabalhamos por reconstruir a IV Internacional, aplicando o Programa de Transição.

Na luta contra a opressão sionista, sob a estratégia dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio, o marxismo defende diante do Estado sionista as reivindicações democráticas de direito à autodeterminação do povo palestino, fim do bloqueio a Gaza, demolição do Muro na Cisjordânia e eliminação de toda a discriminação.

O Comitê Pela Reconstrução da IV Internacional condena veementemente a violência reacionária do sionismo contra a Frota Liberdade que procurava romper o bloqueio de Israel aos palestinos!

O Comitê Pela Reconstrução da IV Internacional proclama que somente o armamento geral das massas palestinas e árabes poderá varrer o sionismo e eliminar toda forma de opressão!

Derrotar a ofensiva imperialista contra o Irã

Os Estados Unidos prepararam um conjunto de sanções econômicas contra o Irã, sob a justificativa de que os iranianos estão a caminho de produzir a bomba atômica. Barack Obama fez intensa pressão sobre a Rússia e a China para que concordassem com o encaminhamento do plano norte-americano de bloqueio comercial ao País. A pretendida aprovação no Conselho de Segurança da ONU do plano imperialista é um primeiro passo para se chegar ao objetivo principal – o cerco ao Irã e a intervenção bélica. O desenvolvimento da ação militar depende da reação do governo persa. O ultimato consiste em o Irã abandonar o projeto atômico independente e submeter-se ao controle tecnológico das potências. Caso o governo persista na autodeterminação, os Estados Unidos poderão usar a força das armas.

A burguesia norte-americana vem combatendo o regime nacionalista desde a Revolução Islâmica. O imperialismo não admitiu perder ascendência sobre o Estado persa e o controle das imensas reservas de petróleo. Inúmeras investidas foram desfechadas contra o Irã, tanto políticas, econômicas, como militares. Potenciou a oposição pró-imperialista, realizou bloqueios comerciais e incentivou ataques de Israel ao País. A mais grave iniciativa foi jogar o Iraque contra o Irã, armando um contra o outro em uma guerra fratricida.

Posteriormente, a invasão do Iraque e a destruição do regime nacionalista de Saddam Hussein objetivavam estender-se para as fronteiras do Irã. George W. Bush tinha um plano mais amplo de controle regional. Irã, Iraque e Síria eram e são obstáculos à livre movimentação dos Estados Unidos e demais potências no Oriente Médio. São responsabilizados por alimentarem a resistência palestina e libanesa ao expansionismo de Israel. Os governos e burguesias desses países não foram devidamente adestra-



dos, como nos demais países árabes, cuja subserviência aos ditames dos Estados Unidos é sem paralelo histórico. O nacionalismo burguês das três ovelhas negras, a luta dos palestinos e o fracionamento do Líbano emergem como obstáculos às necessidades econômicas e estratégicas do imperialismo norte-americano e da manutenção do Estado sionista que, por sua vez, necessita ocupar mais território. Está aí por que a guerra e a invasão do Iraque fizeram parte dos cálculos estratégicos da burguesia ianque.

No entanto, a heróica resistência de parte do povo iraquiano ultrapassou o esperado. Nesse mesmo quadro, Bush enviou a máquina de guerra dos Estados Unidos para destruir o governo do Taleban no Afeganistão, sob a justificativa de combater o terrorismo mundial. As tropas internacionais de intervenção também se depararam com a pujante resistência dos afegãos. A abertura de mais uma frente bélica e as imensas dificuldades em vencer rapidamente as forças oponentes, bem como organizar governos títeres, impossibilitaram que os Estados Unidos partissem para a guerra contra o Irã. O prolongamento das duas frentes de intervenção e da instabilidade dos governos prepostos, mergulhados num mar de corrupção e crime, manifes-

tou-se como derrota do imperialismo. A situação não se equilibrou. Pelo contrário, agravou-se.

A derrota dos republicanos nos Estados Unidos se deveu em parte às dificuldades do intervencionismo bélico no Iraque e Afeganistão. Os democratas voltaram ao poder com a bandeira de pacificação, de reconciliação e de multilateralismo. Retirar as tropas do Iraque, reforçar a guerra no Afeganistão contra Bin Laden, reatar relações com o Irã para se obter um acordo sobre a questão nuclear, reabilitar as relações entre Israel e Palestina, revigorar o acordo de desarmamento com a Rússia e rever o Tratado de Não Proliferação Nuclear. Não tardou para que por trás da máscara da paz aparecesse a face do intervencionismo imperial e das armas.

A contradição se evidenciou desde o momento em que Obama prometeu a retirada das tropas do Iraque e recrudescimento da ofensiva no Afeganistão. A manobra teve espaço curto. Num piscar de olhos, os Estados Unidos reabriam a campanha mundial de demonização do Irã, tão em voga na era Bush com sua classificação de “eixo do mal”. Mas o primeiro Presidente negro da maior potência tinha de apresentar-se como inovador – fez do desarmamento nuclear um estan-

arte. Renovou o acordo de redução de armas com a Rússia, divulgou um número de ogivas sob seu poder, orquestrou uma conferência sobre a não proliferação de armas atômicas e entregou ao público uma nova carta de orientação sobre o uso de artefatos nucleares pelos Estados Unidos no caso de guerra.

A imprensa mundial fez uma sensacional cobertura sobre as boas intenções dos Estados Unidos. É como se houvesse deixado para trás a potência militarista que criou uma grande mentira sobre as armas nucleares e químicas estocadas pelo regime de Saddam Hussein, que desconheceu o Conselho de Segurança da ONU e que invadiu Bagdá com uma poderosa força de guerra.

A noção dos democratas era que a exigência de Bush de dismantelar o programa nuclear do Irã estava correta, mas não seus métodos belicosos e a prepotência do unilateralismo. Uma pretensa nova moral nascia com Barack Obama. O fim da capacitação do Irã para montar sua bomba atômica não se limitava a uma questão particular e regional. Era parte de um movimento geral de redução das armas atômicas e da não proliferação. Obama e Medvedev da Rússia dariam o exemplo de disposição para o desarmamento, ainda que os reatores norte-americanos e russos continuassem a enriquecer urânio para fins militares, milhares de ogivas continuassem apontadas de uns para os outros, que os estoques não contabilizados permanecessem desconhecidos e que o poderio de destruição em massa mantivesse a humanidade sob ameaça. Os gestos pacifistas do imperialismo deveriam ser interpretados como uma nova moral, aquela que levava os Estados Unidos a cumprirem uma das partes do Tratado de Não Proliferação, cuja cláusula de redução das armas nucleares não passava de formalidade para os detentores da bomba atômica.

As negociações com a Rússia e China para chegarem a um termo comum

de sanção sobre o Irã, a ser aprovado no Conselho de Segurança, são apresentadas como exemplo de multilateralismo da fase Obama. Na realidade, evidencia o quanto a Rússia e a China se aproximaram dos Estados Unidos em uma posição subalterna. O governo inglês passou a trabalhar mais nos bastidores, tamanha é a desmoralização dos governantes que serviram e colaboraram com as mentiras de Bush sobre o Iraque. Contra o Irã, ao lado de Obama, tomou assento o governo francês. De fato, há uma frente coesa do imperialismo para impingir ao Irã um acordo que inutilize sua capacidade científica e tecnológica de produção da energia nuclear. O que se refletirá na sua capacidade militar. Os Estados Unidos simplesmente proibiram o Irã de ultrapassar a capacidade de enriquecimento do urânio acima de 3,5% a 4%, de forma a não alcançar o ciclo completo que lhe daria capacidade industrial e militar. Chegando-se à escala de enriquecimento para fins industriais e comerciais, que é de 20%, o passo seguinte para a bomba atômica se encurta, como explicam os físicos.

A fronteira entre a indústria de bens de consumo e a indústria bélica é tênue. O imperialismo monopoliza a produção de energia nuclear – Estados Unidos, França e Inglaterra detêm a tecnologia mais completa e avançada. Sabe-se que a era do petróleo apresenta uma longevidade inconsistente. Inevitavelmente, vem despontando uma tendência dos países buscarem a fonte nuclear. Não por outro motivo, aumenta o número de países dispostos a adquirirem usinas nucleares e por essa via acessarem a tecnologia. Os Estados Unidos controlam o ramo ainda restrito da energia nuclear, tendo por sócios a Inglaterra e França. A Rússia herdou da ex-União Soviética um caminho próprio, bem como a China. Índia, Paquistão e Israel foram auxiliados e também chegaram à bomba.

O Tratado de Não Proliferação (TNP), instituído no âmbito da As-

sociação Internacional de Energia Atômica (AIEA), constituiu um clube fechado que tem no seu topo os Estados Unidos. A AIEA e o TNP são instrumentos dos Estados Unidos. Expressam o monopólio da ciência e da tecnologia nuclear. Os países que possuem a bomba atômica e não são signatários da AIEA – Índia, Paquistão e Israel – respondem diretamente ao Pentágono. Há pouco, o Congresso norte-americano aprovou medidas de apoio ao projeto nuclear da Índia com objetivos militares, obtendo em troca maior dependência. Fato que acirra os ânimos do vizinho Paquistão. Israel é uma incógnita. É bem provável que apenas Washington tenha acesso aos seus segredos nucleares ou haja um pacto de silêncio das potências.

Não se pode desvincular a persistência do Irã de obter a capacidade completa da tecnologia nuclear das condições particularmente privilegiadas de Israel. Os Estados Unidos e o clube atômico olímpicamente desconhecem a reivindicação de setores da burguesia árabe e do próprio Irã para que se trate em condições de igualdade com o programa nuclear de Israel. Ocorre que a denúncia sobre o direito de Israel ter a bomba atômica e o pedido de isonomia no tratamento da questão, em se tratando das particularidades do Oriente Médio, é dirigido justamente ao maior interessado em aumentar a capacidade bélica da burguesia judia. O Estado sionista resultou da criação artificial da 2ª Guerra e logo foi aparelhado com os mais sofisticados armamentos, recebendo “ajuda” inestimável da burguesia imperialista, principalmente da ianque.

Ao contrário, o Irã é uma nação de capitalismo atrasado caracterizado pela economia combinada, que esteve sempre sob o controle do imperialismo. O surto de desenvolvimento industrial se deu com a fração burguesa nacionalista, representada pela ordem religiosa dos aiatolás, que assumiu posições nacionalistas. A derrocada da dinastia dos Pahlevi, em 1979, re-

sultou de um longo processo de diferenciação no seio da burguesia iraniana e de profundos choques em torno do desenvolvimento das forças produtivas e das travas montadas pelo imperialismo britânico e ianque. Atualmente, alcançou projeção em parte da Ásia e do Oriente Médio. É um país populoso e tem um PIB que o colocaria na classificação feita pelos banqueiros de “emergente”, se não fosse o cerco a que está submetido. Ocorre que nas últimas décadas o Irã se potencializou, resguardando sua soberania frente aos Estados Unidos. Emergiu como uma força econômica colado ao Oriente Médio, mas está longe de ser uma potência militar diante da máquina de guerra de Israel, que funciona como um enclave do imperialismo na região. Estão aí enfeixados os motivos para Obama dar continuidade à linha intervencionista de Bush.

Os Estados Unidos montaram o Grupo dos 5 mais 1 (França, Inglaterra, China, Rússia, Estados Unidos, portadores da bomba atômica, mais Alemanha), que pariram um plano em que o Irã abria mão de seu programa nuclear independente e se tornava refém dos receptores (Rússia e França) que teriam sob sua guarda a metade de seus estoques de urânio. Os 1 200 quilos do material físsil seriam enriquecidos a 20% e devolvidos no prazo de 1 ano. Assim, os iranianos estariam impossibilitados de alcançar esse patamar de enriquecimento.

O ultimato do G5/1 viola os termos do próprio TNP. O País signatário da AIEA é reprimido pelos Estados Unidos em função da suspeita de que pretende avançar até o alcance do armamento atômico. Com a AIEA e o TNP, os Estados Unidos ditam quem pode e quem não pode deter uma capacitação de enriquecimento de 20% para cima. O terreno do conflito é o da suposição. O imperialismo passa a certeza de que a proibição do Irã dominar a tecnologia nuclear se deve ao seu objetivo militar. O governo de Mahamoud Ahmadinejad declara que os fins almeja-

dos são pacíficos. No entanto, basta a possibilidade dos fins militares para o imperialismo justificar a proibição.

Na relação de domínio imperialista e de opressão de uma nação sobre outra, não tem transcendência alguma a desconfiança. Objetivamente, há uma tendência ao armamento e não o contrário. As potências são o carro chefe dessa tendência. O Irã tão-somente faz parte de um quadro geral de conflito que cresce com a decomposição do capitalismo mundial, mas na condição de nação oprimida pelo imperialismo, assim como o Iraque e Afeganistão, sob intervenção militar.

No exato momento em que redigimos a posição do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, os Estados Unidos acabam de desprezar o esforço do Brasil e da Turquia para evitar a aprovação do plano Obama de ataque econômico e de cerco militar ao Irã. O governo brasileiro evitou um alinhamento automático às posições da Casa Branca. Lula se pronunciou por um caminho pacífico de solução. Frente ao impasse, depois do Irã rejeitar o ultimato do G5/1, restava uma cartada decisiva: convencer o governo iraniano a aceitar o ultimato da reunião de outubro, com o acréscimo de que a Turquia seria o responsável pelo depósito do urânio.

Imediatamente, sem esperar que os termos do acordo chegassem, no prazo de uma semana, à AIEA, foram rechaçados pelos Estados Unidos. Hillary Clinton apresentou no Conselho de Segurança da ONU o plano de “fortes sanções”. Explicação: o Irã não se comprometia a abandonar o enriquecimento ao nível dos 20%, não permitia o total controle das dependências das suas usinas pelos inspetores da AIEA e não comprovava a intenção de não produzir a bomba. Não obstante, basta o acordo do depósito e do enriquecimento externo para se ter configurada a quebra de soberania do Irã.

Brasil e Turquia correram para salvar o ultimato do G5/1. Não se colocaram pela defesa do direito do Irã

promover um programa científico, tecnológico e industrial independente. Lula defendeu e defende para o Irã aquilo que quer para o Brasil. Apenas o direito restrito da produção da energia para a indústria de bens de consumo, que exige o enriquecimento de pelo menos 20%. As pressões para que o País abra completamente o programa nuclear da Marinha crescem nos bastidores. Os Estados Unidos exigem uma revisão do TNP, que dá mais poderes aos seus agentes encastelados na AIEA de intromissão e de controle. Como vimos, em torno do Irã se desenvolve um movimento de domínio monopolista, voltado a impedir que mais países construam suas usinas e dominem o processo da aquisição da energia nuclear.

A administração de Lula decidiu se intrometer na questão, aproveitando-se da projeção econômica do Brasil e das contradições que se desenvolvem no seio do capitalismo mundial, para expressar os interesses particulares de setores da burguesia brasileira e das Forças Armadas. Para isso, foi taxativo em condenar o direito do Irã de obter armas nucleares. Resaltou o exemplo do Brasil que abandonou a aspiração da bomba atômica e que escreveu na Constituição a sua proibição. Lula não fez senão reproduzir a renúncia à soberania nacional e ao direito dos países atrasados disporem livremente de suas potencialidades. É o mesmo que o imperialismo exige do Irã. Os Estados Unidos sabem que o ultimato do G5/1 era apenas a porta de entrada para conter a capacitação nuclear do Irã. Por isso, tem de estar sob sua condução. Um acordo realizado por fora do domínio norte-americano comparece como atrevimento e estupidez do Brasil e Turquia.

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional se coloca incondicionalmente pela autodeterminação do Irã e pelo seu direito de alcançar um programa de energia nuclear independente, inclusive de construir a bomba atômica. Rechaça a interven-

ção do imperialismo. Denuncia a AIEA como agência de controle monopolista e imperialista da ciência, tecnologia e industrialização nuclear; e o TNP como um instrumento de proteção dos seus interesses econômicos e militares. Levanta a bandeira de fim imediato de todo armamento de destruição em massa, não somente da bomba atômica. Convoca as correntes que se reivindicam do marxismo, os sindicatos, centrais operárias e movimentos populares a se enfileirarem por trás dessas bandeiras antiimperialistas.

O choque dos Estados Unidos com o Irã em torno do armamento nuclear tem se circunscrito às divergências no seio da burguesia mundial. A condenação do Brasil e da Turquia quanto à possibilidade dos iranianos adquirirem a bomba atômica equivale à defesa do monopólio nuclear das potências. É necessário procurar a raiz do conflito. Ou seja, na forma imperialista a que chegou o capitalismo e na sua decomposição. A bandeira de Obama de redução e de não proliferação das armas nucleares é cínica. Os Estados Unidos encarnam as tendências bélicas mundiais.

A avaliação de que apenas foi dado um passo no desarmamento com a nova orientação sobre a segurança do povo norte-americano e que o futuro será de um mundo sem armas nucleares serve de máscara ao militarismo imperialista. Em meio à crise estrutural do capitalismo, o armamentismo vem se ampliando. É necessário desmascarar as veleidades pacifistas da burguesia. Lembremos que a bandeira pacifista do desarmamento usada no passado pela socialdemocracia e pelo estalinismo, é revivida hoje pela burguesia internacional. Dizer que a proibição do Irã de se armar é parte do desarmamento e da busca de um mundo sem armas atômicas é falsificar a verdade e ocultar a ofensiva bélica dos Estados Unidos.

A resposta ao armamento em geral e em particular às armas nucleares somente pode partir da classe ope-



rária internacional. A burguesia não se auto-desarmará, não liquidará a portentosa indústria bélica e o lucrativo mercado de armas. Nenhum país semicolonial, “emergente” ou não, é capaz de enfrentar as potências. Não farão mais do que hipocritamente elogiar as iniciativas de “desarmamento” do próprio imperialismo. O proletariado mundial, em sua expressão científica, que é a teoria e o programa marxistas, e sua experiência organizativa em partido revolucionário, tem um valioso acúmulo de luta contra a guerra imperialista e defesa das guerras de libertação nacional dos povos oprimidos. O armamentismo e as guerras de dominação refletem as leis históricas de esgotamento do capitalismo. Impulsionam as massas a lutar contra a barbárie e as levam para a revolução socialista.

A tarefa do proletariado é se reorganizar mundialmente em torno da reconstrução da IV Internacional. Para enfrentar o imperialismo e combater o capitalismo em todas as latitudes, é imprescindível recuperar o terreno perdido pela destruição do partido bolchevique (Partido Comunista da União Soviética) e da III Internacional. Há que se armar o proletariado para desarmar a burguesia. No momento, temos de percorrer o caminho de reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, de

forma que a luta de classe e o avanço organizativo permitam as massas progredirem rumo ao desarmamento da burguesia. A ausência da IV Internacional e, portanto de seções nos Estados Unidos, Irã, Brasil, Turquia, China etc impossibilitam enfrentar com os métodos da luta de classe e com o programa da revolução proletária a ofensiva imperialista. Mas entre as massas cresce a desconfiança nos propósitos militaristas do imperialismo. Os explorados do Oriente Médio repudiam o intervencionismo norte-americano. As mentiras de Bush sobre o Iraque e a sua ocupação militar alimentaram o ódio dos explorados à prepotência. Em países como Inglaterra e Itália, que auxiliaram os Estados Unidos, os governantes não têm como explicar a colaboração com tamanha fraude histórica. É nesse caldeirão que a vanguarda proletária e a juventude se entroncarão com o programa da revolução internacional.

Haverá sim o desarmamento das nações e o mundo se verá livre das armas e das guerras com a sociedade comunista. Os marxista-leninista-trotskistas trabalham segundo esse norte.

Derrotar a ofensiva do imperialismo contra o Irã!

Organizar o combate das massas na luta anti-imperialista e anticapitalista!

Brasil: Posição do Partido Operário Revolucionário diante das eleições

Em outubro de 2010, estão previstas as eleições para a presidência da República, Congresso e governadores. As duas candidaturas em disputa são a de Dilma do PT e José Serra do PSDB. A candidatura de Marina Silva, ex-ministra do Meio Ambiente de Lula, pelo PV, foi posta para arrancar votos de Dilma e favorecer Serra. As esquerdas concorrem com quatro candidaturas: PSTU, PSOL, PCB e PCO. Assim, o quadro é de três postulantes da política burguesa e 4, de correntes que se reivindicam do socialismo. Nas eleições de 2006 disputaram Lula e Alckmin. PSOL, PSTU e PCB constituíram a frente de esquerda em torno da candidata Heloisa Helena do PSOL. O PCO teve a candidatura de Rui Costa Pimenta cassada pela Justiça Eleitoral, sob a alegação de que não havia prestado conta do dinheiro recebido do Estado. Na presente eleição, a tentativa do PSTU de reeditar a frente de esquerda fracassou. O POR defendeu a convocação de uma plenária das correntes que se reivindicam da revolução socialista para se discutir o programa e as candidaturas revolucionárias. Diante da impossibilidade de uma frente programática, decidiu pelo VOTO NULO.

Resolução eleitoral do POR

1. As eleições são um instrumento da democracia burguesa. Têm a função de resolver a disputa periódica entre os partidos da burguesia em torno do poder do Estado. Trata-se de um mecanismo condicionado pela propriedade privada dos meios de produção e pela ditadura de classe da minoria exploradora sobre a maioria explorada. Quanto mais perfeita a democracia eleitoral, melhor para a dominação de classe. Reflete o desenvolvimento do capitalismo e da classe burguesa.

Nas condições de crise econômica e de ataque aberto à vida das massas, as frações burguesas se digladiam e projetam a instabilidade nas eleições. Foi o que ocorreu nos inícios de 1960 em que o governo constitucionalmente eleito foi removido por um golpe militar. Como país de economia atrasada e semicolonial, incorporado no domínio imperialista, a democracia sempre padeceu de instabilidade.

A ascensão de Lula à presidência, galgando um partido não orgânico da burguesia, que é o PT, refletiu a fraqueza dos partidos orgânicos, como o PSDB, PMDB, DEM etc. A fortaleza dos partidos da ordem está em sua capacidade de arrastar as massas por trás de sua política eleitoral e de manter seu controle como fator de governabilidade. Nas eleições, as massas sofrem poderosa pressão para se manterem perfiladas aos partidos capitalistas.

2. As eleições deste ano ocorrem em condições de estabilidade política. Lula termina a gestão contando a seu favor com a retomada do crescimento econômico e com o refluxo do movimento operário, que perpassou seus dois mandatos. As greves do funcionalismo foram fragmentadas e perderam alcance político. O movimento dos sem-terra não avançou. O reflexo da crise mundial no Brasil foi imediato e profundo, mas o descenso econômico e as demissões em massa não se prolongaram. Em fins de 2009, afirmava-se o reanimamento e em 2010 se confirmava a volta do crescimento, estimada para o ano entre 6% e 6,5%, apesar de incidir sobre a base rebaixada pela crise iniciada em setembro de 2008.

O primeiro mandato de Lula foi bombardeado pela oposição, que se aproveitou dos flagrantes de corrupção envolvendo a alta cúpula do PT. No entanto, o continuísmo da política econômica pró-grande capital e os fatores favoráveis da economia frustraram os intentos do PSDB e DEM de derrubar Lula por meio de um impeachment. Já no segundo mandato, os escândalos de corrupção

atingiram o PMDB, no Senado, que recebeu apoio de Lula.

Em contrapartida, a oposição foi castigada com o escândalo do DEM em Brasília, cujo governador comandava uma das quadrilhas que habitam o Estado. A movimentação política esteve a favor da estabilidade governamental, embora inúmeros conflitos ganharam proporção de crise, principalmente os que envolveram o Plano Nacional de Direitos Humanos 3. Lula os contornou cedendo à direita oposicionista e aos militares. O quadro econômico favorável permitiu ao caudilho resolver os impasses, caminhando sempre para a direita.

No plano internacional, a administração de Lula é a de coexistência com o imperialismo sem alinhamento. Opõem-se diplomaticamente, em determinados casos, a exemplo do Irã e Haiti, às determinações dos Estados Unidos, sem contudo confrontá-lo. A bandeira do pacifismo, das saídas negociadas e da aplicação dos acordos internacionais o coloca como esquerda responsável. Na realidade, cumpre o papel de auxiliar do imperialismo em questões espinhosas, como as da Venezuela, Bolívia e Irã. De forma que Lula pôde administrar o capitalismo por cima das frações burguesas e dos explorados, contando para isso com a colaboração da burocracia sindical. Caso pudesse ter um terceiro mandato, não teria concorrente que o atingisse.

3. Os oito anos de estabilidade econômica e financeira, com um interregno de poucos meses de retração, já não podem se reproduzir em seguida. A explosão da crise na Europa continua quebrando forças produtivas, processo iniciado em 2008 nos Estados Unidos. A avaliação de setores do governo de que a crise ficou para trás, está sendo desmentida pela falência da Grécia e pela situação pré-falimentar de vários países europeus.

O fato de a economia brasileira andar na contracorrente das tendências recessivas manifestadas nas potências se deve à política de incentivos ao mercado interno e de favorecimento ao capital externo especulativo. A burguesia vem apoiando as iniciativas de endividamento do Tesouro e da população, em busca de sustentar a lucratividade. Mas essa via se deparará com os limites da crise mundial de superprodução e a necessidade dos capitalistas destruírem maciçamente forças produtivas.

Não se pode determinar o ritmo desse movimento, mas o mais provável é que o governo eleito em outubro não encontrará as condições de estabilidade econômico-financeiras que sustentaram

a governabilidade de Lula, ao ponto de lhe permitir montar um dos maiores programas assistencialistas que se teve no Brasil.

Dilma não inspira confiança entre os capitalistas, não devido ao seu passado de militante que participou da resistência armada à ditadura, mas por não expressar as forças políticas da burguesia. Serra não é unanimidade, mas é um político orgânico da classe capitalista. É avaliado como melhor timoneiro em caso da crise mundial arrastar o Brasil e mudar o quadro político do país. Certamente, a candidata lulo-petista conta com apoio de importantes grupos econômicos cujos negócios dependem do Estado, como é o caso das empreiteiras que se locupletam com programas, como o PAC.

Mas estrategicamente o ex-governador de São Paulo e representante do PSDB é a melhor via segundo as necessidades da burguesia. O fato do Estado de Minas Gerais, governado por Aécio Neves, unir-se a São Paulo, desta vez com empenho, fortaleceu a disputa do PSDB com o PT. A direção peessedebista vem resolvendo as divisões internas, obtendo coesão partidária e conquistando terreno na aliança que sustenta Dilma, principalmente no PMDB, como no caso do Estado de São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul. No entanto, a candidatura Serra se depara com uma importante rejeição no Nordeste e necessita ganhar força no Centro-Oeste. O seu mais importante aliado, o direitista DEM, está em declínio. O escândalo do mensalão no Distrito Federal defenestrou seu único governador.

Ao contrário, desta vez, a candidatura petista não conta com a coesão obtida pelo carisma de Lula. O partido está profundamente oligarquizado. Os interesses regionais se mostram mais imperativos para constituir as alianças eleitorais. O PMDB passou a ser peça chave para eleger Dilma, assim como o foi para Lula governar. Os peemedebistas ficaram com o destino da petista em suas mãos. Puderam ditar para o cargo de vice-presidente Michel Temer. Frustrou a tentativa de interferência de Lula na escolha do nome, dando um ultimato para que a aliança se concretizasse.

Está dada a polarização eleitoral. A questão posta é até quanto o caudilhismo de Lula se imporá sobre as massas para arrastá-las a votar em Dilma. O PSDB arregimentou forças na burguesia suficientes para derrotar a obscura Dilma. Não obstante, depara-se com a ascendência do caudilho, que se apoiando na onda econômica favorável pôde enganar os explorados com o bilionário assistencialismo e controlar a classe operária com a colaboração direta da burocracia sindical. Há um evidente declínio do PT perante as massas, por se igualar aos grandes partidos oligárquicos. Lula pôde mascarar seu governo burguês, pró-grande capital. Mas o seu partido, o PT, não teve como ocultar que abjurou o ideário reformista do governo democrático e popular. A tática de reunir as chamadas forças progressivas no idealizado “campo democrático e popular” descambou em coligações com quadrilhas comandadas pela velha oligarquia dos partidos burgueses, que vai dos sarneístas aos malufistas.

Lula continua como caudilho imaculado, o PT se curva como partido corrupto, vendilhão. Não por acaso, a candidatura de Dilma depende inteiramente do caudilho. A de Serra esbarra, principalmente, nesse obstáculo.

4. Nas hostes da burguesia, edificaram-se três candidaturas, que na verdade são duas – a de Marina Silva serve ao PSDB. No campo das esquerdas, são quatro. Dois partidos se reivindicam do trotskismo (PSTU e PCO), um se diz socialista (PSOL),

na verdade socialdemocrata, e outro ostenta o nome comunista (PCB), de fato, estalinista.

A identidade política do PSTU se encontra nas posições de Nahuel Moreno, que primou por revisar o Programa de Transição da IV Internacional e concebeu uma corrente internacional centrada. Na Argentina, o morenismo vicejou por um período e logo se fragmentou em várias tendências. No Brasil, encontrou terreno para progredir.

A noção básica do morenismo é de aglutinar as tendências que se dizem “socialistas” em um partido amplo, com força eleitoral e implantação na burocracia sindical. A tática de frente de esquerda tem a função de aproximar “os socialistas”.

O PSTU é o resultado de um processo de aglutinação nesse sentido, cujo ponto de partida se manifestou na “Convergência Socialista”. Os morenistas estiveram na origem do PT, concebendo-o segundo a posição de partido socialista de Nahuel Moreno. Apoiaram Lula até quando puderam, mesmo depois de expulsos do PT. Por um período, o PSTU fez campanha por uma Frente de Esquerda com o PT, com Lula candidato.

Em 2006, enfileirou-se atrás da candidatura de Heloisa Helena, ex-senadora pelo PT, que veio a formar o PSOL. Com a bandeira de frente de esquerda classista e socialista, o PSTU albergou sua política eleitoral. A candidata do PSOL, apoiada em seu currículo eleitoral no PT, comportou-se como candidata arraigadamente pequeno-burguesa. Fez campanha para arrebatar votos da classe média, principalmente estudantil. Os 6 milhões de voto foram saudados pelos componentes de esquerda, principalmente pelo PSTU, como o saldo positivo da Frente. Mas a candidata da aliança não expressou o acordo programático e a campanha não foi unitária. Ou seja, a Frente de Esquerda ficou reduzida a convocar as massas a votarem em Heloisa Helena.

A essência desse balanço é importante para se compreender o fracasso da tentativa de se reeditar a frente. Cada uma das correntes tem sua avaliação do passado. Certamente, o fundamental está em que o PSTU, por ser o responsável pela tática da Frente de Esquerda, esconde que o acordo eleitoral de 2006 foi oportunista, baseado puramente em cálculos eleitorais.

A luta para que os explorados votem em candidatos revolucionários é a luta para que as massas entendam e se aproximem do programa. Exatamente o que não poderia ocorrer com uma frente destituída de uma direção marxista. A frente se constituiu a partir da candidatura de Heloisa Helena e não do programa, cuja discussão e aprovação foram para “inglês ver”. Segundo a avaliação do PCB, sequer houve programa. E do PSTU, o PSOL descumpriu o acordo programático. Para o marxismo-leninismo-trotskismo, o programa é encarnado coletivamente pelo partido. Quaisquer que sejam os candidatos devem estar a ele submetidos. Uma frente implica rigorosa decisão nesta questão, tendo claro que o objetivo é unir aqueles que marcham rumo à revolução, e não aqueles que posam de socialista nas eleições.

Recordemos que os morenistas abriram mão da defesa do cargo de vice-presidência. O PCB também o fez para se igualar ao PSTU e o PSOL ficou com a faca e o queijo nas mãos. Esse foi o resultado da frente de esquerda de 2006. Por que então não foi possível reeditá-la? Devido ao severo balanço do oportunismo, como fariam os marxista-leninista-trotskistas? Não! A razão está em que Heloisa Helena não aceitou sacrificar sua carreira parlamentar em troca de nova candidatura à presidência. O PSTU

reproduziu a defesa veemente de que Heloisa deveria ser a candidata. Criticou o PSOL por aceitar que esta se negasse a acatar uma decisão de Congresso. O morenista José Maria compareceu ao Congresso justamente para defender e apelar para que Heloisa saísse dali consagrada como pré-candidata e assim viabilizasse a frente de esquerda. Fracassou. Sem os 6 milhões de votos e com o PSOL dividido em torno da candidatura de Plínio, que somente vingou depois que frustrou a orientação de apoiar Marina Silva e de armar uma coligação com o PV, aí sim o PSTU respondeu Não ao chamado de frente de esquerda pelos partidários de Plínio.

O quadro de relação política foi se deprimindo e se tornando deprimente. No momento em que Heloisa Helena havia conduzido o PSOL a se aproximar dos verdes, o proeminente e errático Gabeira selou um acordo no Rio de Janeiro com o PSDB e DEM. É desse pântano que emergiu a candidatura de Plínio. Era tarde para o PSTU e PCB embarcarem na frente de esquerda com uma das dissidências do PSOL. Os morenistas podiam chafurdar até próximo ao pescoço, como chafurdou nas eleições de 2006, mas não além do queixo. Era tempo de levantar a bandeira do programa nas alturas, criticar o reformismo do PSOL, afirmar o socialismo e encher o balão da candidatura de José Maria.

Esse é o fenômeno político mais importante das candidaturas de esquerda. O PCB é uma corrente sem vigor. Está se reestruturando depois de inúmeras cisões. Pretende se apresentar renovado, sem apego completo às teses estalinistas, como indica seu XX Congresso. O PCB não tem como se valer de conquistas passadas, quando em 1946 ganhou a confiança de uma importante parcela das massas, potencializou-se eleitoralmente e constituiu uma fração parlamentar. Acontecimento que horrorizou a burguesia nacional e o imperialismo, que trataram de colocá-lo na clandestinidade e cassar os seus mandatos parlamentares. O PCB estalinista, com suas oscilações entre o colaboracionismo burguês e o esquerdismo putchista, esgotou sua vigência histórica. O PCO comparece como uma seita exitista. Perdeu o rumo depois da revisão estratégica operada em função da projeção eleitoral de Lula, quando ainda era corrente interna do PT. Adaptou-se às eleições com a bandeira de governo dos trabalhadores, originalmente defendida pelo morenismo, em substituição ao governo operário e camponês. Para sua direção, dá no mesmo desfraldar um ou outro, depende apenas das circunstâncias e da criatividade. Deformou-se no nascedouro o embrião do partido revolucionário.

Ocorre que a proliferação de candidatos à presidência da República, ostentando o socialismo e o comunismo como siglas, não contribui para a luta pela independência da classe operária diante dos partidos da burguesia e, particularmente, das candidaturas burguesas. Expressa a crise de direção, ou seja, a ausência de um partido comprovado na luta de classe com o programa da revolução proletária. Não há como fugir das leis históricas. O partido se forja constituindo o programa no seio do proletariado, testado na luta de classe. Cumpre a tarefa de formar a direção marxista da revolução proletária. Os atalhos eleitorais para se ganhar projeção, que obrigam adaptar a estratégia à democracia, contrariam o curso de formação e maturação do programa no seio da classe operária e dos demais explorados.

5. O desenvolvimento embrionário do partido operário revolucionário é um enorme obstáculo para a tarefa de auxiliar a classe operária e demais oprimidos a superarem as ilusões democráticas. Somente o partido marxista-leninista-trotskista tem

como combater os partidos, instituições e agentes da burguesia que usam das eleições e do parlamento para preservar e exercer a ditadura de classe da burguesia. Mesmo desmoralizado pela corrupção e por desfechar ataques à vida das massas, o parlamento permite aos partidos capitalistas realizarem manobras de convencimento das massas de que esse é o melhor poder para suas necessidades. Muito dinheiro é despendido pelo Estado e pelos grandes grupos econômicos para sustentar a máquina parlamentar de dominação. As disputas entre governo e oposição criam a esperança entre as massas que a mudança é possível, que uma variante é melhor que outra.

No processo da crise política, aberto com o esgotamento da ditadura militar, e com a ascensão do PT, a bandeira oposicionista era de “votar certo”. Se o desemprego cresce e a miséria recrudescer, a culpa é dos explorados que escolheram os maus políticos – a saída é o “voto consciente”. A Igreja trabalhou amplamente com essa bandeira para levar Lula ao poder. A ausência do partido marxista para intervir sobre as ilusões, atuando nas eleições e elegendo uma fração parlamentar revolucionária, impossibilitou às massas abreviar as experiências com a democracia capitalista e abrir um caminho próprio por meio da luta de classe.

Faz parte da tática comunista a utilização das eleições e do parlamento como tribuna para demonstrar aos explorados que esse aparato é instrumento de dominação da minoria capitalista sobre a maioria trabalhadora. O proletariado evoluirá no terreno da independência de classe com a intervenção do partido em defesa do programa de expropriação da classe capitalista, de defesa das mais elementares condições de vida dos trabalhadores e da estratégia de tomada do poder, por meio da ação direta.

A luta no campo democrático da burguesia para separar os explorados dos exploradores, para afastar a classe operária dos partidos da burguesia e aproximá-la do partido marxista é uma imposição que vem das condições políticas ditadas pela classe capitalista e pelo atraso das massas. Enquanto o proletariado estiver dominado por ilusões eleitorais e parlamentares, não tem como se dirigir como classe organizada contra o Estado, desmontar a ditadura de classe da burguesia e realizar a supressão política do parlamento, substituindo-o pela democracia proletária. A ausência do partido implantado no seio das massas facilita o trabalho dos partidos burgueses de arrastarem os explorados periodicamente para as eleições e perpetuarem o capitalismo.

A burguesia somente admitirá que o partido marxista atue com seu programa e tática por imposição das massas. A presença das esquerdas nas eleições não constitui ameaça. Apresentam-se como caricatura do socialismo. Mesmo assim, atua no sentido de limitar mais ainda o seu espaço. Obtiveram o registro legal e o conservam, adaptando-se pela esquerda à democracia. As correntes que se reivindicam do trotskismo dariam um passo progressivo se constituíssem a frente revolucionária, com um programa de independência política e de luta de classe. Permitiria, por meio da experiência, da luta política, separar a fração de disposta a formar o partido marxista-leninista-trotskista da fração centrista, oportunista. Nas condições de calma e de supremacia das ilusões democráticas, acaba por prevalecer nas esquerdas o centrismo, que se mascara de marxismo.

O POR decide pelo voto nulo, defendendo o programa e a construção do partido.

26 de maio de 2010

Proposta do CC ao XLIV Congresso do POR

Documento Político

I. - Bolívia e a Crise Estrutural do Capitalismo.

1. A natureza da crise

Nos últimos dois anos, temos assistido a um importante acontecimento na história do capitalismo mundial. Não só houve uma queda brusca na economia global em todas as áreas, mas acima de tudo se evidenciou um colapso do sistema capitalista, monopólico e financeiro.

Assim, abriram as manchetes da BBC em outubro de 2008: “Hoje, como nunca, o mundo parece preocupado como as bases do sistema financeiro mundial que caem como um castelo de cartas”, anunciando para a humanidade a chegada, de acordo com muitos analistas, da primeira crise do capitalismo com uma envergadura verdadeiramente “global”, com consequências diretas em todos os mercados de bens e capital nos cinco continentes. Superando em muito as crises mundiais anteriores, que, a bem da verdade, eram mais continentais e regionais com efeitos posteriores para o resto do globo.

As causas e as origens desta crise financeira mundial, “única em um século” e “a mais severa desde 1929”, não são explicadas pelos profetas do livre mercado e do neoliberalismo. Os gurus financeiros e os analistas não fazem nada mais do que falar sobre a falta de regulamentação, a ausência de controles estatais frente à “avareza” dos especuladores e banqueiros. Gaguejos vazios que mostram também uma “crise” de escala semelhante: o colapso teórico da escola liberal burguesa (desde os neoclássicos até os monetaristas). Onde todos os modelos teóricos se mostraram incapazes de explicar o funcionamento do capitalismo global, com suas crises recorrentes e periódicas e, portanto, o advento de uma mega crise “global” que abalou os alicerces do sistema capitalista. O que mostra a séria possibilidade de seu “colapso final”. A resposta keynesiana ou neo-keynesiano (sistemas de regulação

e supervisão em nível global, legislação financeira e banco central globais) também mostram suas limitações teóricas para descobrir as causas reais que a engendraram e quais suas projeções futuras, limitando-se a promover políticas “anti-crise” de caráter conjuntural e setorial.

Definitivamente, não é mais uma crise conjuntural, a natureza dos últimos acontecimentos mundiais revela a presença de uma “crise estrutural” do capitalismo que vem desde o início do século XX (fase imperialista e última do capitalismo). Sendo sua principal característica a superprodução “de mercadorias e capital” frente a uma demanda global limitada e um mercado intermonopólico altamente competitivo, onde a valorização do capital (razão de ser do funcionamento do sistema) torna-se cada vez mais difícil de realizar com juros aceitáveis para os investidores. É numa tentativa de inverter a tendência de baixa do ganho médio que, nestes tempos de “globalização”, os capitais migram para o setor financeiro causando um mega crescimento do capital financeiro especulativo em detrimento do “real” ou produtivo. O desenvolvimento “anômalo” do setor financeiro com a sua propensão para a formação de “bolhas” especulativas em todos os setores da economia faz do capitalismo do “terceiro milênio” um maquinário altamente instável e explosivo, arrastando o mundo inteiro em uma frenética especulação financeira, para uma maior super-exploração da força de trabalho mundial e para uma pilhagem mais fúnebre das matérias-primas das colônias e semi-colônias.

Toda a conversa sobre os méritos de um “novo” mundo “globalizado e tecnológico” é desmentida pela realidade em que as forças produtivas mundiais, que não deixam de crescer, se chocam brutalmente com a tendência para a crescente apropriação privada do excedente econômico. O mundo tornou-se mais tecnológico,

mas, por sua vez, há mais fome e miséria para toda a humanidade, e, do outro lado da moeda, os únicos beneficiados com suculentas “rendas tecnológicas” são as grandes corporações capitalistas.

Não há dúvida de que nos aproximamos dos limites históricos do capitalismo. As perspectivas para os próximos anos são difíceis de prever. Pela natureza do funcionamento do capitalismo senil, altamente especulativo, suas tendências de crescimento apontam para agudizar suas peculiaridades. Já despontam, em um futuro próximo, novas e mais profundas crises “globais” do sistema, carregando sobre as esqueléticas costas dos trabalhadores do mundo suas funestas consequências. A crise mundial ainda não terminou. O maior impacto ocorreu nas metrópoles imperialistas, que estão longe de sair da catástrofe. Seus elos mais fracos (Espanha, Itália, Grécia, etc) são fontes de conflitos sociais que podem ter repercussões sobre as metrópoles e os países semicoloniais.

A escolha para a humanidade está colocada: ou seremos destruídos pelo redemoinho capitalista que arrasta a humanidade para uma era de barbárie moderna, ou colocamos a necessidade urgente da “revolução socialista mundial” como solução revolucionária para os explorados do mundo.

O marxismo-leninismo-trotskyista não só triunfou em sua previsão de desenvolvimento do capitalismo, como se encontra mais vigente do que nunca. A tarefa fundamental do momento é a estruturação da Quarta Internacional (Partido Mundial do Proletariado), que tenha como missão principal levantar e armar ideologicamente o proletariado mundial para consumir a sua missão histórica de sepultar o reinado da grande propriedade privada burguesa e construir uma nova sociedade mundial, a comunista, “sem deuses no céu ou amos na terra”.

2. Bolívia e a falsa imagem de prosperidade econômica

O governo do MAS está determinado a convencer-nos de que a Bolívia vive uma época de “ouro” para as variáveis macroeconômicas, um momento “excepcional” de prosperidade produtiva e bonança econômica “nunca vista antes”. Nova realidade que se reflete na acumulação de reservas internacionais bilionárias (mais de 8 bilhões de dólares) e em uma “blindagem” boliviana que nos protege dos efeitos negativos da crise mundial. Vejamos se isso é verdade, ou simplesmente uma nova farsa destinada a enganar milhões de incautos que caíram no conto do “processo de mudança” e que a Bolívia em 20 anos chegaria a ser igual à Suíça.

Primeiro: existem duas razões para que as consequências da crise mundial não se reflitam fortemente na Bolívia.

a) O boom dos preços do petróleo e dos minerais criou uma almofada para atenuar os efeitos da crise internacional. b) O baixo grau de integração do país aos mercados financeiros internacionais. A crise afetou os países capitalistas altamente desenvolvidos e os da América Latina (Brasil, México, Argentina, Chile etc), que estão mais estreitamente ligados à economia mundial.

Segundo: a boa cotação dos preços das matérias-primas, somada à política tributária do governo, às remessas dos imigrantes e ao narcotráfico para manter um mercado interno ativo e de aparência próspera em plena crise do capitalismo. Circunstâncias conjunturais, paliativos extraordinários e receitas secundárias formam a base dessa economia fictícia, que não tem respaldo em um significativo volume da produção. Na Bolívia, está ausente uma poderosa indústria de transformação, continuamos a ter uma estrutura produtiva extrativista por excelência, monocultura e exportação de matérias-primas.

Todos sabem que Evo Morales não tem um Plano de Desenvolvimento Econômico para a Bolívia, não iniciou nem iniciará um processo de industrialização da economia cidadina, nem a mecanização do campo. Ficando demonstrado que o primeiro presidente indígena é incapaz de superar o atraso econômico

da Bolívia (produção artesanal nas cidades e pré-capitalismo no campo) condenando as massas bolivianas a um novo quinquênio de fome e miséria.

Terceiro: o seu modelo econômico “socialista comunitário” não é nada mais que um conjunto de palavreado que procura encobrir o seu continuísmo nos princípios do modelo “neoliberal e monetarista” ao conceber as principais políticas econômicas de seu governo. Prática que de fato acaba se traduzindo na contínua entrega dos nossos recursos naturais ao imperialismo (petróleo, ferro, lítio, cobre, etc.) firmando novos contratos com as multinacionais. E, por outro lado, uma maior contenção do gasto público (congelamento de salários, orçamento insuficiente para a saúde e a educação), condição indispensável para estabilizar a economia no marco das exigências do FMI.

II.- O processo político boliviano.

1.- O governo do MAS, após sua primeira vitória eleitoral, desenvolveu a teoria de que a transformação do velho Estado se iniciava com a instalação da Assembléia Constituinte, porque dela surgiria a estrutura de um novo Estado qualitativamente diferente, incorporado em uma nova Constituição que erradicaria o colonialismo interno e externo e se orientaria para uma relação “includente” que respeitasse todas as formas de propriedade, a pluralidade cultural e econômica, um Estado solidário, complementar, democrático, recíproco, etc. Essa é uma clara concepção reformista de mudanças da sociedade e das reformas meramente superestruturais neste caso jurídicas. É nisso que consiste a tão proclamada “revolução pacífica e cultural” no âmbito da democracia. Consiste em que os oprimidos de 500 anos atrás têm agora o direito de ser incluídos no “novo Estado”, de participar decisivamente, em pé de igualdade, com os até agora detentores do poder. Os resultados dessa concepção reacionária foi a Constituição, que nasceu de um parto acidentado e grosseiro, que retrata de corpo inteiro a pobreza política de seus atores tanto da direita como dos reformistas.

A estrutura econômica do país per-

manece inalterada. A nova Constituição desenhou um Estado que reconhece a vigência de todas as formas de propriedade até agora: a grande propriedade privada dos meios de produção controlada pelo imperialismo e pela raquílica classe dominante nativa; a pequena propriedade privada da imensa classe média das cidades e do campo; os resquícios da propriedade comunitária de terras no Ocidente e no Oriente; além de setores de economia estatal que o governo, para torná-los produtivos, recorre desesperadamente ao apoio do capital financeiro imperialista.

Todas essas formas de propriedade constituem a estrutura física do país e determinam as múltiplas formas de relações de produção que, por sua vez, definem o comportamento das classes sociais, suas limitações políticas e possibilidades.

Essas formas de propriedade não se encontram isoladas umas das outras, coexistindo estanques e inteiramente separadas. Ao contrário, interagem umas com as outras para construir relações de opressão e dominação. Algumas, por sua natureza, são a negação das outras, pois sua existência significa prejudicar os interesses materiais das outras.

A pequena propriedade privada se rebela contra a grande. Isso é comum no campo, onde os pequenos sitiantes, com o passar do tempo, vêem reduzidas suas propriedades a tal ponto que já não podem acomodar novos membros da família, que são forçados a migrarem para as cidades e a se submeterem a formas de vida miseráveis. Esses setores constantemente pressionam contra a existência do latifúndio. As ocupações de terra são constantes, provocando situações de alta beligerância.

As contradições da propriedade comunal com a privada (grandes ou pequenas) da terra também são constantes, devido à ocupação pelos pequenos proprietários e pelos latifundiários dos territórios comunitários pertencentes aos nativos, como no caso dos indígenas do Oriente, para citar um dos muitos casos que ocorrem em todo o país.

As formas de propriedade estatal são constantemente solapadas pela

grande propriedade privada, especialmente aquelas controladas pelo imperialismo, sob o Estado que está nas mãos da classe dominante. Comibol, por exemplo, foi empurrada à falência porque era subordinada aos interesses do imperialismo e da iniciativa privada nacional.

2.- A grande propriedade privada define o destino da economia nacional. Subordina e condiciona as outras formas de propriedade. Por este canal, o país está ligado ao mercado mundial e é a fonte de renda externa, por mais que os teóricos do reformismo pretendam superestimar a pequena propriedade e a comunitária.

Não se trata da estúpida interpretação dos teóricos do reformismo no sentido de que existe um desprezo pelas pequenas propriedades e comunidades. Mas sim da compreensão de que essas – no atual nível de desenvolvimento do capitalismo – são a negação da possibilidade de um maior desenvolvimento da humanidade, que se converteram em um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas. As formas de propriedade comunitária serão provavelmente o ponto de partida da coletivização total da propriedade, desde que se acabe com todas as formas de propriedade privada, isto no processo de construção do socialismo, sob a direção da ditadura do proletariado. Os teóricos do “socialismo do século XXI” têm de compreender que o socialismo não pode se consolidar na base da economia pré-capitalista. O socialismo, como uma fase do desenvolvimento humano, significa libertar as forças produtivas das amarras das relações de produção capitalista para o desenvolvimento das máquinas e da capacidade produtiva do homem que sirvam para satisfazer plenamente as necessidades humanas. Somente nestas condições, poderá ocorrer o comunismo superior.

Essa contraditória e complexa estrutura econômica do país e a proeminência da grande propriedade privada dos meios de produção são o ponto chave para a compreensão de que a quimera reformista da transição pacífica a longo prazo para o “socialismo do século

XXI” está fadada ao fracasso. A tese do marxismo-leninismo-trotskismo, neste ponto, assinala claramente que – nesta fase de desenvolvimento do capitalismo – já não é mais possível desenvolver países capitalistas atrasados como a Bolívia. No âmbito das relações de produção capitalista, o imperialismo permanece como o principal obstáculo a esse desenvolvimento; e nisso reside seu caráter reacionário e decadente. Esse fato é responsável por desnudar outra faceta, a falácia de que podem coexistir harmoniosamente todas as formas de propriedade consagradas na Constituição como se fossem a base material de um país “solidário, complementar, recíproco, inclusivo”, etc. Os “sábios” analistas e teóricos do reformismo que não compreendem esta realidade estão condenados a cair no subjetivismo mais grosseiro e a desenvolverem uma política reacionária ao negarem a luta de classes e o direito dos explorados utilizarem a violência para derrubar a atual ordem social decadente. Coerentes com essa política reacionária, por exemplo, penalizam a violência (ação direta) dos explorados em seu projeto de nova Lei Trabalhista.

3.- Durante todo o processo anterior, que culminou com as últimas eleições, a polarização política entre a direita reacionária da “Meia Lua” e o governo reformista do MAS foi corretamente caracterizada como o choque entre expressões políticas da mesma classe dominante. O acerto do POR é descobrir o conteúdo de classe do MAS, alicerçado no pequeno agricultor – o proprietário está destinado a desenvolver uma política burguesa por sua relação com a propriedade privada. Nas contradições entre a direita e o governo, não está colocada a questão da transformação radical da atual ordem social. Pelo contrário, ambos os pólos estão procurando maneiras de salvá-la, preservando a propriedade privada em todas as suas formas.

Até as últimas eleições, essa polarização foi um grande obstáculo para o processo de separação das massas do controle oficial. O próprio governo era responsável por consolidar este obstáculo, ao mostrar que todos os

seus projetos foram prejudicados por uma obstinada oposição de direita. Na consciência dos explorados, forjou-se a idéia central da necessidade de esmagar a direita reacionária e o único instrumento para atingir esse objetivo era o MAS.

Após as eleições de dezembro, o oficialismo procurou continuar enganando os explorados com a promessa de que estava inaugurando um novo Estado que iria proporcionar a felicidade para os bolivianos. Mas as características do novo processo já não são as mesmas porque está ausente um dos fatores fundamentais: a odiada direita encabeçada pela “Meia-Lua”. Essa oposição rude e estúpida sucumbiu, porque não pôde articular-se programaticamente para fazer frente ao MAS, e agora, depois da contundente derrota, suas figuras mais visíveis fugiram do país, levando consigo um milionário patrimônio, conseguido por meio da malversação dos bens públicos.

4.- As ilusões democráticas consistem em que o proletariado e os explorados em geral acreditam que podem resolver todos os seus problemas através do voto, da cédula eleitoral. Caem na prédica reacionária de que, através da via eleitoral e por meios democráticos, se podem realizar grandes transformações na sociedade. Em suma, através das eleições, os explorados podem se libertar da exploração e da miséria e arrancar o país do atraso. Essa prédica é desenvolvida pelo Estado burguês e pelas expressões políticas da classe dominante, com a finalidade de enganar as massas e manietá-las por trás de sua política, de modo a impedir que o proletariado desenvolva uma política independente para se tornar direção de toda a nação oprimida.

Antes da chegada do MAS ao cenário político da Bolívia, era evidente que os explorados haviam superado todas as ilusões na democracia burguesa, manifestadas de várias maneiras: no abstencionismo, no voto branco, nulo, etc., nas várias eleições e no fato dos oprimidos recorrerem à ação direta para impor aos diferentes governos a atenção a suas exigências. Eles chegaram à conclusão de que os políticos só

procuravam galgar o poder para fazer uso imoral dele e converter o Estado em garrote para esfomeá-los e oprimi-los. A perda das ilusões democráticas vinha em conjunto com o descrédito da politicagem burguesa, do Estado e de todas suas instituições. Esse fenômeno mudou com o advento do MAS, que comparecia como uma expressão “dos pobres e indígenas” e que instalou no Palácio do Governo um “indígena”. Criou-se a ilusão de que o governo do MAS não seria apenas dele, mas das próprias massas como se tivessem assumido o controle. Essa ilusão foi agravada pela campanha demagógica sobre a falsa nacionalização dos combustíveis, telecomunicações e geradoras de eletricidade que, na verdade, se limitam à compra generosa de porcentagem de ações necessárias para ter os 51% das mesmas. Ilusão sobre a estabilidade macroeconômica, a política previdenciária desenvolvida com o bônus Juanito Pinto, a Renda Dignidade, o SUMI, etc.

Talvez seja mais apropriado dizer que se trata de uma ilusão em Evo e seu governo, mais do que na democracia em abstrato, mas enquadrada no jogo democrático-burguês.

Além disso, todo o processo político anterior, devido à estupidez da direita empresarial, que se empenhou em identificar o MAS com o comunismo, produziu uma polarização entre a “oligarquia” e o governo “popular”, como se fossem expressões políticas diametralmente opostas e marcassem o rumo da luta de classes. Nesse contexto, os explorados não teriam muito que escolher. Para eles, derrotar a direita significava votar no MAS, apesar de a cada dia constatarem que esse governo tem demonstrado grande fragilidade na administração do Estado, a desenfreada corrupção no governo central e nos locais, incapacidade para resolver problemas estruturais do país, como a abolição do latifúndio e miséria nas casas da maioria dos bolivianos. Percebem, instintivamente, pelo menos nas camadas mais politizadas, a tendência de desenvolver uma política cada vez mais de direita no processo de construção do Estado plurinacional.

O voto majoritário de apoio ao MAS deve ser interpretado como um evidente retorno das ilusões democráticas das massas exploradas em geral, inclusive do proletariado. Grande parte dos explorados seguiu e muitos ainda seguem a ilusão de que o novo governo é seu e que implementará no país um novo Estado, no qual eles serão os atores principais. Trata-se de um claro retrocesso político em relação ao período anterior à ascensão do MAS ao poder, processo no qual os explorados saíram às ruas contra a fome e terminaram destituindo governos, um após o outro, mas sem direção política e sem uma perspectiva clara. Essas ações terminaram diluindo-se e entregando a condução do Estado a uma outra expressão da política burguesa, que é o MAS.

É um erro, muito comum na militância, considerar o que as massas conquistaram em seu desenvolvimento político como algo que não se perde mais; que o desenvolvimento do processo social é linear e sempre ascendente, que não há retrocesso na consciência dos explorados, especialmente em tempos de refluxo. Esse modo de pensar mecanicista leva ao equívoco de que, no presente processo político, o voto no MAS tinha outro conteúdo político e não precisamente um retorno às ilusões democráticas.

Se o proletariado arriou as bandeiras de independência política (por razões que discutiremos mais tarde), porque os outros explorados que não podem desenvolver uma consciência de classe independente não iriam voltar às ilusões democráticas?

Mas, para os revolucionários, esteve sempre claro que estas ilusões haviam de desaparecer necessariamente ao se chocar com a incapacidade do governo, mantenedor da ordem social burguesa, satisfazer as suas necessidades, processo que começou a acontecer mais rapidamente do que imaginávamos. O governo mal acabara de comemorar a esmagadora vitória nas eleições de dezembro, que lhe deu o controle absoluto do parlamento plurinacional. Mas que há escassos cinco meses vem enfrentando a rebelião de grandes ca-

mas do proletariado (fabris) e classe média (professores) em resposta ao miserável aumento salarial, oferecido pelo governo.

A imagem de “governo do povo” desaparece como que por magia, o caráter burguês e antipopular do governo foi colocado em evidência nas eleições para governadores, prefeitos e vereadores, 30% da população se abstiveram, votar em branco ou nulo, em dezembro, esses votos chegaram a apenas 10%. As ruas e estradas novamente são ocupadas pelos explorados reclamando seus direitos contra o governo. O idílio governo dos explorados se acaba.

A debilidade fundamental do período imediatamente anterior ao do processo que vivemos é que as massas exploradas, em geral, não têm uma clara referência revolucionária que oriente suas ações. O proletariado como classe não está presente, ou seja, como política e o POR, que encarna programa revolucionário, é uma voz muito fraca, que não tem a capacidade de aparecer como uma referência no cenário.

A nova situação tende a inverter o último. O POR aparece novamente no centro da tempestade. Frente à traição das direções sindicais entregues de corpo e alma ao governo, o trotskismo, através do magistério, especialmente o de La Paz, por sua firme posição de luta e de denúncia contra o governo, chamando-o de esfomeador como qualquer outro governo burguês, se torna o alvo de toda a fúria governamental e referência para os explorados na luta.

5.- Na segunda fase do governo do MAS, não inaugura um novo Estado qualitativamente diferente do anterior, como sustentam os teóricos do oficialismo. Trata-se da continuidade de um estado liberal com um governo com traços bonapartistas. Trotsky nos dá os elementos teóricos básicos que nos permitem descobrir se um governo é ou não bonapartista. Nesse terreno, não é suficiente generalidades, tem de se fazer uma análise concreta.

“Por bonapartismo entendemos – diz Trotsky – um regime onde a classe... dominante... se encontra obrigada

a fim de salvaguardar o que tem a tolerar por cima dela o domínio incontrollado de um aparato militar e policial, um “salvador coroado”. Esse tipo de regime... aparece em períodos de extrema agudização da luta de classes. Nos países atrasados, naqueles que a libertação nacional é um dos objetivos fundamentais da luta revolucionária, o regime bonapartista oscila entre o imperialismo e a burguesia nacional ou seu substituto pequeno-burguês, que em certo momento aparece encarnar os interesses da nação, porque precisa de um amplo apoio das massas”.

Nos países atrasados, uma coisa é falar da tendência dos governos nacionalistas se tornarem bonapartistas, e outra muito diferente é que essa tendência se transforme em realidade.

No atual processo político boliviano, as expressões políticas da classe dominante foram varridas do cenário e sua derrota foi plenamente confirmada nas eleições nacionais que, como acabamos de assinalar, terminou dando poder em níveis esquizofrênicos ao novo governo do MAS que, aparentemente, se mostra como um governo que se coloca acima da luta de classes, que representa os interesses de todos os componentes da sociedade, como “guia hegemônico, espiritual e político”. No entanto, a classe dominante está fisicamente ali, desamparada e sem expressão política própria, tratando de salvaguardar o seu futuro e procura abrigo no novo governo que promete respeitar seus interesses materiais. O aguçamento da luta de classes não se dá no presente processo, porque o proletariado não está presente elaborando sua política revolucionária. O MAS se potencia enganando os camponeses com as promessas demagógicas de um novo Estado, que está em suas mãos para resolver seus problemas seculares e com a promessa de terra para uma vasta camada de nativos.

De tempo em tempo, briga com o imperialismo, sem romper definitivamente com ele, porque aposta que, fazendo um bom negócio com as multinacionais, poderá industrializar o país. Mexe nas terras de alguns latifundiários do Oriente, sem liquidar o latifúndio.

Choca-se momentaneamente com alguns setores da iniciativa privada em questões de preços para o mercado interno, sem colocar a liquidação da propriedade privada, etc. Procura controlar o exército e a polícia, destinando muitos recursos para potenciá-los e tê-los como instrumentos eficientes, com o propósito de superar pelo caminho da violência todos os obstáculos em sua tarefa messiânica de salvar a Terra e a humanidade.

Todo este quadro nos mostra que há uma tendência nesse governo de oscilar entre o imperialismo, a classe dominante nativa e os setores sociais que já começaram a sair à frente, uma vez que o regime não poderá satisfazer suas necessidades materiais e não hesitará em usar a violência contra seus aliados de hoje, para salvaguardar o regime social imperante.

Poderá acontecer que as tendências bonapartistas que percebemos hoje no governo se consolidem? As profundas contradições que já se manifestam em seu seio, algumas por razões mesquinhas, porque não satisfaz os desejos individuais e outras pelas pressões que recebe das classes sociais, parece indicar que, mais cedo ou mais tarde, se esgotará em meio a uma grande fraqueza. Não se esqueça que um dos elementos do governo bonapartista é ser autoritário e forte, capaz de disciplinar a sociedade como um todo e fazer o papel de árbitro nas contradições sociais. É preciso compreender que um governo não é forte pelo número de votos que consegue conjunturalmente, mas pela capacidade de controlar amplos setores da classe média urbana e rural e colocar um freio no proletariado. Por outro lado, por sua capacidade de resolver os principais problemas estruturais do país e as necessidades vitais dos explorados.

Agora é um governo sem oposição e senhor absoluto da política nacional, concentra em suas mãos todos os poderes do Estado – marca característica de um governo autoritário – mas com as massas vigilantes, que, ao constatar que as promessas de dar-lhes prosperidade e de uma nova ordem social mais justa e democrática são mentirosas, re-

agirão com fúria contra o governo impostor.

6.- O governo do MAS, desde seu primeiro mandato, tentou mostrar-se diferente do anterior, cercado por uma aura que é a própria personificação da trilogia Inca do “ama sua, ama llulla e ama kella”. Uma de suas bandeiras mais importantes foi a de acabar com a corrupção, que foi o sinal dominante dos chamados governos “neoliberais”. No entanto, a experiência diária se encarrega de mostrar que o governo do MAS, em todos os níveis, nas administrações centrais, departamentais e locais, tem sido caracterizado justamente por ser extremamente corrupto. Como acabar com esse estado de coisas? Os líderes do oficialismo não perdem a esperança de que a recente aprovação da Lei de Combate à Corrupção “Marcelo Quiroga Santa Cruz” será a varinha mágica que irá erradicar o tumor maligno que corrói o Estado burguês. Mentira ou ingenuidade? Pode ser que se trate de ambas as coisas, que alguns usem como uma cobertura para a putrefação do sistema e do governo e distrair os explorados, despertando falsas ilusões em sua consciência e os outros esperam sinceramente que a própria lei possa ter força para acabar com o mal.

Nós marxistas entendemos muito bem a origem do fenômeno da corrupção. Trata-se de um reflexo do esgotamento do sistema capitalista. Em sua base econômica, tornou-se inviável a propriedade privada dos meios de produção, um freio ao desenvolvimento da ciência, uma barreira que impede a satisfação das necessidades humanas do conjunto da sociedade. A classe dominante, para sobreviver, é obrigada a empurrar a sociedade para a barbárie, a recorrer a todos os meios possíveis, ao latrocínio e ao genocídio, a fim de continuar existindo.

Poderão adotar leis e muitas no plano superestrutural e tudo será inútil. Para acabar com a corrupção, é necessário enterrar o cadáver podre que está contaminando toda a sociedade, só a revolução social pode cumprir essa tarefa que vai dar origem a uma nova sociedade baseada na propriedade social dos meios de produção.

III.- O Atual Processo Político, o Papel do Proletariado e as Tarefas do Partido.

1.- Ao analisarmos a situação do proletariado boliviano neste processo político, devemos iniciar a partir da evidência de que ele é um componente fundamental das forças produtivas, hoje duramente atingidas pela crise estrutural do capitalismo. Na incompreensão desse fato, estão as elucubrações do reformismo de nosso tempo, que prega a teoria de que os tempos mudaram e o modo de produção capitalista também foi substancialmente alterado no sentido de substituir a força de trabalho pela máquina. Por esse motivo, o proletariado atual não preservaria a força revolucionária do período anterior e estaria tomando seu lugar – como forças motrizes das grandes transformações da sociedade – as chamadas “organizações sociais”, que hoje são as protagonistas da construção do “socialismo século XXI”, como um processo pacífico e democrático, sem revoluções catastróficas.

Sem dúvida, nosso proletariado – em todos os seus setores – sofreu duros impactos da crise. No setor mineiro, produziu-se uma demissão em massa. Devido à queda catastrófica dos preços dos minérios, os operários fabris foram submetidos a uma flexibilidade de trabalho extenuante, que praticamente anulou as conquistas econômicas, sociais, políticas e sindicais. Outros setores, como construtores, petroleiros, ferroviários, etc. foram praticamente dizimados.

Atualmente, após a recuperação dos preços dos minerais, desenvolve-se uma nova concentração da força de trabalho tanto nas mineradoras nacionalizadas como nas privadas. No entanto, seria sem dúvida demasiado otimista pensar que a recuperação das minas será um processo contínuo e de longo alcance; tudo depende do comportamento do mercado global, pois uma nova queda nos preços pode voltar a dizimar todo o setor de minérios. Os outros setores não deram qualquer sinal de recuperação, a flexibilização do trabalho teve um profundo impacto sobre a composição física e a consciên-

cia da classe.

Já se passaram quase 25 anos após a chamada “relocalização” das minas e da implementação da flexibilização do trabalho no setor industrial. Os mineiros, herdeiros da tradição revolucionária – neste quarto de século –, estão velhos ou mortos, e, nas fábricas, os antigos combatentes foram sistematicamente separados de suas fontes de trabalho, pelo interesse patronal em se livrar de encargos sociais muito altos (anos de antiguidade, categorias, bônus, previdência social, etc.). Na mineração, nos últimos três ou quatro anos, foi incorporado um proletariado jovem. Em Huanuni, a idade média dos mineiros está entre os 18 e os 25 anos e, nas fábricas, a remoção constante dos trabalhadores através do mecanismo de rotatividade e a livre contratação também têm permitido absorver os jovens.

Por todo o exposto, o proletariado atual foi muito reduzido. Apenas Huanuni, com seus quase 5.000 operários, é maior que todo o setor de mineração privado – as companhias privadas de mineração estão operando com 20 ou 30 trabalhadores, e as maiores, San Cristobal, não têm mais que 600 trabalhadores. Assim, foram quebrados todos os laços com sua rica história, com sua tradição revolucionária. Em Huanuni, observa-se o fenômeno que o jovem trabalhador mantém todos os traços positivos e negativos de sua classe de origem (classe média urbana e rural), que impede a sua rápida maturação política.

2.- Após as eleições nacionais, apareceram sinais inconfundíveis de que os efeitos da crise capitalista começam a ser sentidos no país e tem-se a impressão de que as massas começam a reagir após um longo sono. Deparam-se com uma dura realidade, a miséria é crescente, a cada dia tornam-se mais escassas as fontes de trabalho, os salários são rebaixados e não têm mais relação com o aumento contínuo dos preços no mercado. O latifúndio continua em vigor, enquanto milhares de camponeses e indígenas não têm um pedaço de terra para sobreviver. O governo comprometeu-se a universalizar rendas mi-

seráveis, condenar a força de trabalho a uma existência desumana na velhice. A política previdenciária que até agora o governo desenvolveu tem apenas fins eleitorais (renda dignidade, bônus Juncito Pinto, bônus Juana Azurduy de Padilla) e está em perigo de naufragar, pois os recursos do Tesouro Geral da Nação empobrecem a ponto de não serem capazes de financiá-los. As receitas provenientes dos setores que não têm nenhuma relação operário-patronal são reduzidas significativamente, submetendo a condições miseráveis de vida, etc.

A insatisfação dos explorados em suas necessidades mais elementares serve de aríete para lançá-los às ruas. Alguns setores já começaram a se mobilizar: os operários fabris na cidade de La Paz contra a flexibilidade trabalhista, contra os patrões “sanguesugas” e contra o projeto do Novo Código do Trabalho, que o governo pretende impor; a greve dos mineiros de Huanuni para o pagamento do bônus de produção anual, que a empresa pretendia não dar; os professores exigindo salários que cubram todas as necessidades da vida; a vigência de uma nova lei solidária de pensões; rechaço à reforma da educação retrógrada e anti-científica, que o governo pretende impor; entre os produtores de coca de La Paz, surge um grande descontentamento frente ao anúncio de que o governo está se preparando para erradicar as plantações à força, e assim por diante.

A fragilidade desse processo está na ausência do proletariado mineiro, tradicionalmente, expressão própria de maturidade política. Como uma força social, não exercita sua política e, dessa forma, perde a independência política e organizativa frente ao Estado burguês e a condição de direção dos explorados. Os dirigentes sindicais em todos os níveis, com poucas exceções, tornaram-se porta-vozes do governo e freiam as mobilizações de suas bases.

A vanguarda política proletária, o POR, atua por intermédio de setores da classe média, concretamente dos professores, elaborando a política revolucionária.

A presença política acentuada do

proletariado, nesse cenário, questionando o destino da propriedade privada, apontando para uma verdadeira mudança qualitativa na sociedade através da revolução e uma política revolucionária encarnada num proletariado que dê respostas para todos os problemas nacionais e de todos os explorados têm a virtude de desnudar rapidamente as limitações políticas do governo que, em essência, é burguês. Tal como no passado, após a revolução de abril de 1952, a ação política do proletariado, que se resumia nas Teses de Pulacayo, acelerou o processo de diferenciação entre os explorados e o governo do MNR e empurrou-o para o refúgio da sombra do imperialismo e à implementação de medidas impopulares e anti-operárias, para reprimir as mobilizações operárias. A experiência mostra que, quando o proletariado coloca claramente sua estratégia revolucionária (liquidação da propriedade privada, consumando a revolução social), os governos burgueses de corte populista – por mais radicais que se apresentem a princípio – terminam se desmascarando e buscam a proteção do imperialismo. Esse mesmo processo vai viver o governo do MAS. Já começou o processo que permitirá o proletariado a retornar ao seu eixo revolucionário e agir como direção da nação oprimida.

3.- A tradição revolucionária do proletariado está encarnada no programa do POR, nos documentos fundamentais da classe, como as Teses de Pulacayo, as bases constitutivas da Assembléia Popular de 1971, a tese socialista COB, etc. Essa tradição, como um fantasma, ronda as manifestações e assembleias operárias, os jovens a comentam, mas sem compreender plenamente seu significado.

O problema é como ligar, abreviando os passos, o jovem proletariado atual com a sua tradição. Há apenas um caminho: o POR deve acompanhar a classe na solução de seus problemas imediatos. Dessa forma, ensinar-lhes os métodos e a política que se desenvolveram na luta contra problemas iguais ou semelhantes no passado. A base material desse raciocínio é que as condições de trabalho nas relações

de produção capitalista e as relações de classe com a propriedade (classe despossuída de propriedade privada) faz com que sempre esteja presente esse instinto. Nesse caso, atua como matéria-prima para o surgimento da consciência de classe. A vantagem do proletariado boliviano é que ele não tem de começar do zero no processo de conquista da consciência política, já existe uma rica tradição traduzida em teoria e programa. O terreno está pronto para a germinação e a cada passo germina surpreendentemente as sementes que retornará para a classe a sua tradição revolucionária. Essa é a tarefa do POR: realizar agora esse gigantesco trabalho. Voltamos a repetir a necessidade de ir ao encontro da classe, só assim podemos agir a partir do seu seio. O trabalho feito até agora nesse terreno é importante, mas não o suficiente, temos de penetrar nos setores privados da mineração, no movimento fabril, é preciso entrar no proletariado petroleiro, etc. Só se exercitarmos a arma ideológica e política, poderemos ter uma classe política independente contra o governo reformista e as expressões da direita reacionária num futuro imediato. A presença física e política do proletariado no processo possibilita o aprofundamento da luta de classes, pois lutará contra o governo para conquistar a direção de amplas camadas médias da sociedade e desnudar o caráter reacionário do governo. A eclosão da rebelião em vários setores dos explorados já se faz sentir e tem um grande impacto no interior do MAS, minando qualquer possibilidade de preservar a sua unidade de ação.

IV.- Acelerada e brusca mudança na consciência dos explorados.

A situação política nos coloca diante do desafio de nos convertermos em direção física das massas, que se levantam contra o governo impostor

1 . O prognóstico político do POR de que o governo do MAS estava condenado, mais cedo ou mais tarde, a se chocar com as massas radicalizadas, se vê amplamente confirmado com a

evolução do recente conflito protagonizado pelos professores, trabalhadores fabris, camponeses e moradores de Caranavi.

O mal estar social acumulado pelo atraso e falta de soluções para os problemas corroeram as ilusões que até a véspera vastos setores abrigavam do governo do MAS. As massas desiludidas - instigadas pela pobreza são levadas a ganhar as ruas com a necessidade urgente de encontrar soluções para suas necessidades mais essenciais - terminam constatando que o governo do MAS não é seu governo, que se encontram frente a um inimigo cuja missão é preservar acima de todas as coisas os interesses da classe dominante e do imperialismo e que para esse fim não hesitará em recorrer à violência reacionária organizada pelo Estado sob diferentes formas (do uso da polícia e do exército à organização de grupos de choque, esforçando-se a colocar pobres contra pobres).

2. Até a véspera, o governo conseguiu tirar muita vantagem de seu enfrentamento circunstancial com a direita tradicional entrincheirada nos Comitês Cívicos. Esforçou-se para apresentar dito conflito como um embate entre a “revolução” e a contra-revolução e que, portanto, era obrigação de todos os oprimidos alinharem-se atrás do governo e adiar suas exigências que, segundo as promessas do governo, seriam satisfeitas quando a direita fosse derrotada e se avançaria o “processo de mudança”. Qualquer tentativa de reclamo das massas foi imediatamente respondida com a acusação de que se tratava de uma ação da direita para desestabilizar o governo “popular”. A burocracia sindical começou a cerrar fileiras com o governo nos esforços de frear as massas que pagaram um alto preço com a perda da independência política. Os seus sindicatos e organizações populares transformaram-se em apêndices e adornos das piruetas e disparates do Presidente “indígena”, autoproclamado líder espiritual dos oprimidos do mundo. Acertadamente, o POR caracterizou essa disputa como um conflito dentro da política burguesa, do qual

nada podiam esperar os explorados. A novidade do recente conflito é que as acusações dos mais altos escalões do governo contra os dirigentes trotskistas da mobilização não surtiram nenhum efeito nas massas radicalizadas que já ganhavam as ruas e estradas. Pessoas do movimento e até fora dele apontaram o absurdo da acusação. E para os combatentes foi motivo de maior ira contra o governo calunioso.

3.- Acertadamente se disse que não correspondia precipitar uma greve geral por tempo indeterminado, por que a situação ainda não amadureceu o suficiente para ela. Apoiada em alguns setores radicalizados, em especial da COD (Central Operária Departamental) e do Magistério de Oruro, a burocracia sindical, de acordo com o governo, precipitou a medida, acreditando que ela fracassaria e confiantes de que isso permitiria cortar a seco a mobilização. A gradual ação desmobilizadora da burocracia sindical terminou com uma traição cínica e desavergonhada. Longe de desmobilizar as massas trabalhadoras, teve o efeito de provocar raiva e desilusão com o governo e reforçar a sua disposição para o combate. A burocracia sindical, cuja degeneração pessoal e política está além de qualquer dúvida, foi muito atingida ao tentar parar o conflito. As massas se vêem ante a necessidade urgente de varrê-la.

As massas que estão superando suas ilusões em relação ao governo, seguem um caminho contraditório e ritmos diferentes. Esse processo está longe de ser homogêneo e é produzido de acordo com as particularidades de cada setor. À medida que se aprofunda e se generaliza, a necessidade de se unificar as ações se torna cada vez mais evidente. É dever do POR estudar, compreender e preservar o processo de acumulação de forças nas massas, visando a retomar o caminho da revolução. As ações aventureiras e isoladas, condenadas de antemão à derrota, retardam esse processo de unificação de forças.

4. A situação política se encarrega de sublinhar a urgência para o POR de aprofundar e alargar a sua penetração no proletariado. As considerações fei-

tas sobre as diferenças no ritmo da radicalização e da evolução política das massas se aplicam quando se considera a situação do proletariado. O setor fabril mostra sinais de uma maior radicalização política em comparação com outros setores do proletariado (mineiros, por exemplo) e isso se explica como consequência das incertezas da crise econômica que afeta de maneira e intensidade diferentes cada setor. A radicalização do setor favorece a sua abertura às idéias revolucionárias e oferece condições perfeitas para o trabalho do partido.

5. Os confrontos do governo com os camponeses e as nações indígenas vem se dando em torno da questão da terra, do direito à autodeterminação e do destino da folha de coca. Os fatos confirmam que a penetração do capitalismo nas comunidades rurais indígenas as transformou e deformou, quando não impõe a sua desintegração. A promessa oferecida pelo governo demagógico de libertação indígena, respeitando a propriedade privada dos meios de produção (grandes, médias e pequenas) a partir das reformas legais do Estado burguês, vem se destruindo ao se chocar com a realidade das aspirações e realizações das massas indígenas. Tal como no passado, contra a arrogância dos índios, os expoentes da classe dominante estão ruidosamente exigindo que o governo imponha respeito à ordem estabelecida (Estado de Direito, dizem eles), através da aplicação da força. O governo foi colocado contra a parede e se vê entre o dilema de executar ações punitivas exemplares contra os setores que até ontem eram seu principal apoio eleitoral. Uma das principais emergências política deste processo será o total colapso político do indigenismo. Essas pretensas comunidades paradigmáticas, onde não se conhecem “ambição e egoísmo”, onde tudo é “harmonia e equilíbrio com a natureza”, só existem em construções subjetivas, históricas dos ideólogos indigenistas. A realidade é que a economia combinada, onde coexiste a barbárie da “justiça comunitária” com os carros de último modelo contraban-

deados para o país e deparados por policiais corruptos que não perdem a oportunidade de tirar vantagem da situação a partir do abuso e da chantagem. Frente a essa situação, os índios querem impor o seu direito e acabam inadvertidamente expondo a fraude da Nova Constituição do MAS, de seu presidente indígena e dos ideólogos do indigenismo, que não conseguem entender o que está acontecendo.

6. Não é por acaso que o desenvolvimento desses acontecimentos colocou o POR no centro da tempestade. Nós somos o único partido de oposição do campo operário e popular. Nossa pregação, onde pode ser ouvida, vem dando forma política à rebelião das massas contra o governo. Ela desperta nelas interesse em saber quem é e o que quer o POR. As camadas jovens da vanguarda, as novas camadas de combatentes, vêm nos lutadores trotskistas sua referência revolucionária. Está aberta a possibilidade de que o POR emergja como a direção física dos explorados, desde que consigamos penetrar firmemente nos diferentes setores que se mobilizam contra as mentiras do MAS. O governo fez-nos um grande serviço em destacar nossa presença e influência na recente evolução. É o momento de deixar que a propaganda do inimigo atue a nosso favor. A limitação é dada pela pequenez da nossa organização, o que significa que não conseguimos perceber, em sua devida magnitude e oportunidade, as voltas, avanços e retrocessos no processo de evolução política das massas. A velocidade com que se desenrolam os acontecimentos, confirmando a validade dos nossos prognósticos políticos, não deixam de nos surpreender.

O POR comparece como a expressão política da revolta das massas. Tem diante de si uma chance real de se estabelecer como direção física. Isso só é possível porque nosso programa interpreta a realidade, expressa as leis da revolução social em um país capitalista atrasado de economia combinada, que sofre as consequências da crise estrutural do capitalismo, que impõe a maturidade das condições objetivas para o triunfo da revolução proletária.

A falência mundial do capitalismo se estende e se aprofunda

A Europa é apenas um elo da crise que afeta todo o mundo

Agora o problema é a “dívida soberana” de alguns países da Europa. Assim se apresenta a nova etapa da fenomenal falência capitalista.

É importante deixar claro que não é a “crise europeia”, como antes não era a “crise grega”, mas sim o estouro na Europa da crise mais geral do capitalismo em estado de desintegração.

Há todo tipo de explicações e interpretações sobre as causas da crise, mas a maioria não atinge a raiz do problema. Aos economistas da burguesia, parecia-lhes que as economias se estabilizavam e se entusiasmavam com a extraordinária recuperação das ações. Agora se mostram surpresos com a magnitude da crise e só conseguem repetir as mais variadas bobagens. Levaram três meses para “solucionar” a crise da Grécia, demonstrando que os governos não tinham nem ideia da magnitude da crise, nem do que fazer, nem de como fazê-lo. Quando encontram algumas receitas para atacar o problema, já se vê que não vão funcionar e que novos problemas aparecem. Todos eles têm em comum o objetivo de preservar o regime capitalista, e assim sua lógica parte de não questionar a propriedade privada dos meios de produção, e, portanto, não questionar o sistema financeiro. Tal como afirmávamos, há mais de um ano, “a crise está longe de ter chegado ao fundo e começado um processo de recuperação”.

Explicam que uma das causas da crise na Europa é o “descumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento” e a “falta de controle das finanças internacionais”, que o tratado de Maastricht fixou limites para o endividamento e o déficit, mas ninguém os cumpre. Que a moeda comum permitiu o endividamento a taxas baixas. Que não há solidariedade entre os países da União Europeia (UE). Que é visível a divisão e o enfrentamento entre os países membros da UE. Que uma união monetária não funciona sem convergência suficiente ou integração fiscal. O Ministro alemão do Interior afirmou que certas formas da economia financeira “têm de acabar” e reconheceu que existem “grandes divergências” com o Reino Unido e os EUA sobre como enfrentar a especulação.

É o déficit a causa da crise?

Na Grã Bretanha, 12% do PIB; na França, 8% do PIB em 2010 (pretende-se reduzi-lo para 3% em 2012); em Portugal, 9,4%; na Grécia, 13,6% (pretende-se reduzir à metade em três anos). Na Irlanda, 14,3% do PIB. Na Alemanha, supera os 5%.

Na Grã Bretanha, o Chanceler Osborne enfatizou a urgência de “lutar contra o colossal déficit público britânico” (sua dívida pública é de 80% do PIB).

A Hungria declarou que seu déficit é muito maior que o informado e sua moeda, o florín, despencou (em outubro de 2008, recebeu um duríssimo empréstimo de 24 bilhões do FMI, Banco Mundial e União Européia, que agravou seus problemas). Buscando responsáveis pela crise, se aponta novamente as agências classificadoras de risco, que “enganavam” os mercados ao não alertar sobre os verdadeiros riscos dos devedores, dando-lhes classificações altas.

A dívida pública dos países desenvolvidos vem aumentando. “Na década de 1960, as contas públicas dos países industrializados [...] representavam 30% do PIB. Na década de 1980, a dívida pública chegou a 60% do PIB e os juros sobre a dívida a 5% do PIB. Nos anos 1990, a dívida pública superava 70% do PIB e os juros se aproximavam de 6%” (Pihon, 1999, citado por Julio Sevaes).

É o excessivo gasto a causa da crise?

Não se deve esquecer que há menos de dois anos caíram bancos europeus que foram resgatados com enormes quantidades de dinheiro público, multiplicando déficits e dívidas. Os países europeus se endividaram tentando evitar a recessão e o colapso dos bancos, socializando as perdas. A consequência: desastre nas contas públicas.

Não se pode explicar o crescimento das dívidas à margem desta política de assistência aos bancos e da colossal injeção de bilhões de dólares para manter em pé o sistema.¹

¹ “A dívida pública, ou seja, a alienação do estado — absoluto, constitucional ou republicano —, imprime sua marca à era capitalista. A única parte da chamada riqueza nacional que entra real e verdadeiramente em posse coletiva dos povos modernos é... a dívida pública. Por isso é perfeitamente consequente essa teoria moderna, segundo a qual um povo é tão mais rico quanto mais carrega dívidas. O crédito público se converte no credo do capitalista. E ao surgirem as dívidas do Estado, o pecado contra o Espírito Santo, para o qual não há remissão, cede o posto ao perjúrio contra a dívida pública. A dívida pública se converte em uma das mais poderosas alavancas da acumulação originária. É como uma varinha mágica que dá virtude procriadora ao dinheiro improdutivo e o converte em capital sem expô-lo aos riscos nem ao esforço que sempre leva consigo o investimento industrial e mesmo o usurário. Na realidade, os credores do estado não entregam nada, pois a soma emprestrada se converte em títulos da dívida pública, facilmente negociáveis, que seguem desempenhando em suas mãos o mesmíssimo papel do dinheiro. Porém, ainda à parte da classe de rentistas ociosos que assim se cria e da riqueza improvisada que vai parar no cofre dos financiadores que atuam como mediadores entre o governo e o país — assim como da riqueza presenteada aos licitantes (rematantes) de impostos, comerciantes e fabricantes particulares, a cujos bolsos aflui uma boa parte dos empréstimos do Estado, como um capital caído do céu —, a dívida pública veio impulsionar tanto as sociedades anônimas, ao tráfico de efeitos negociáveis de todo gênero, como o ágio; em uma palavra, à loteria da bolsa e a moderna bancocracia.” (Karl Marx, O Capital, Tomo I)

Explicam também que as “bolhas” em alguns mercados impulsionaram as economias irlandesa e espanhola e o colapso destas “bolhas” deixaram ruínas fiscais.

O titular do Banco Central da Europa (BCE), Jean-Claude Trichet, estima que as perdas de crédito se incrementarão. O BCE redobrará a compra de títulos; admite-se que os bancos possam perder outros 200 bilhões de euros por conta da crise. O BCE afirmou que “os bancos da zona do euro precisam fazer previsões por perdas adicionais de 90 bilhões neste ano e 105 bilhões em 2011 (e podem ser maiores), além dos 238 bilhões de euros em amortizações por dívidas acumuladas em fins de 2009.

Esta situação propiciou um conflito adicional. Informes na Alemanha dão conta do mal-estar do Bundesbank (Banco Central Alemão), já que o BCE, ao comprar bônus dos países em crise, privilegiou os bancos franceses para que pudessem se desfazer dos bônus. Os bancos alemães haviam se comprometido a não vender as obrigações gregas até maio de 2013.

Frente ao temor da recessão, a cotação dos metais caiu até 20% em um mês, pela onda de vendas. Voltam a despençar as bolsas, perdendo boa parte do que haviam recuperado após 2008.

O plano de 750 bilhões de euros, integrado pelo FMI e nações da UE, indica que pretende “criar um mecanismo eficaz de gestão de crise” – assim se batiza o futuro Fundo Monetário Europeu, que destinará fundos aos países com problemas, para que não entrem em *default*, para que não se prejudiquem os bancos que tenham emprestado a esses países. As condições de resgate são leoninas.

Como afirma o *Programa de Transição*, “o imperialismo é a dominação do capital financeiro, [...] os bancos concentram em suas mãos o verdadeiro domínio da economia. Os bancos expressam em sua própria estrutura, de forma concentrada, toda a estrutura do capitalismo moderno: combinam a tendência ao monopólio com a tendência à anarquia. Produzem milagres tecnológicos, empresas gigantes, poderosos trustes e, em tempo, criam a inflação, a crise e a recessão.”

Desintegração da unidade monetária?

Paul Volcker (assessor de Obama) afirma: “o Euro fracassou” e não se deve descartar sua desintegração.

A cotação do Euro caiu 14% em relação ao dólar em 2010. Para Paul Krugman (Nobel de Economia em 2008), o verdadeiro problema é que, ao criar o euro, os líderes europeus impuseram uma moeda única em economias que não estavam prontas para esta medida, e renunciaram a dois instrumentos da política econômica: a taxa de juros e o tipo de câmbio.

A chanceler alemã Angela Merkel foi categórica ao definir que “a sorte do bloco está praticamente atada à sorte de sua moeda: se cai o Euro, cai a Europa”. Contudo, diante da impossibilidade de sair da crise sob o euro, não se pode

descartar que haja países que prefiram recuperar sua autonomia monetária. Antes do euro, a Europa tinha tentado várias vezes estabelecer uma integração monetária, de forma que as moedas de cada país fossem cotadas sempre dentro de uma faixa, mas todas essas tentativas fracassaram.

O problema da dívida e do déficit não é somente europeu. As cifras da dívida federal norte-americana chegaram a 140% do PIB dentro de duas décadas. Se somam-se os problemas orçamentários dos governos estatais, o verdadeiro déficit é ainda maior. A dívida grega, em comparação, equivale a cerca de 115% do seu PIB atual.

Os que promovem os ajustes mais violentos falam da “Festa” dos últimos anos, e perguntam: Não se deve reduzir o gasto, salários e aposentadorias? Quem paga pela crise? Como se as massas viessem desfrutando de um padrão de vida que não lhes correspondesse. Explicavam o surto grego pela “escassa afeição ao trabalho dos gregos”, ainda que as estatísticas da OCDE mostrem que trabalham em média 2.120 horas por ano, 20% a mais que a média dos países desenvolvidos. A idade oficial mínima de aposentadoria na Grécia é de 58 anos e na Alemanha é de 65, mas a idade efetiva é de 62,4 anos para os homens gregos e 60,9 para as mulheres, contra 62,1 / 61 na Alemanha e 58,7 / 59,5 na França.

O desemprego continua elevado e o mercado imobiliário moribundo (uma das grandes bolhas do crescimento de algumas economias). Mesmo com taxas de juros bancários próximas a zero, as recuperações econômicas têm sido fracas. Krugman se pergunta: “e o desemprego quase recorde, o pior registrado em qualquer outro momento desde 1930?”; “e com relação ao fato de que até agora se recuperaram 500 mil postos de trabalho dos mais de 8 milhões que foram perdidos após a crise financeira?”

“Aumenta o pessimismo sobre as perspectivas de uma recuperação econômica”; mais do que se preocupar por um crescimento da inflação, se preocupa “pelo que mostra uma inflação baixa, ou o que é pior, a deflação, que tende a perpetuar a depressão econômica”.

As medidas tomadas por todos os governos são mais ajustes para reduzir o déficit público, os salários de servidores estatais, eliminação de subsídios, congelamento de pensões.

Na **Grécia**, redução de até 15% das aposentadorias e pensões e elevação de entre 2 e 7 anos na idade de aposentadoria.

Na **Espanha**, reduzir em 15 bilhões de euros o déficit previsto para este ano, reduzindo em 5% os salários dos servidores públicos, eliminando subsídios, congelando pensões, desonerando as demissões.

Em **Portugal**, o governo aprovou um plano de austeridade draconiano, que prevê um aumento de todos os impostos principais e um drástico corte de gastos, redução generalizada do plano de obras públicas, corte de 5% nos

salários dos altos cargos e dos políticos, e um aumento dos impostos e do IVA, que passará de 20% a 21%. O objetivo é reduzir o déficit público de 9,4% em 2009 a 7,3% em 2010 e a 4,6% em 2011, segundo explicou o premier “socialista” José Sócrates.

Sarkozy, presidente da **França**, avisou que revisará para baixo o orçamento de saúde.

A **Irlanda** baixou os salários dos servidores públicos em 13% em média.

No **Reino Unido**, são anunciadas medidas tão drásticas “que mudarão o modo de vida”.

Na **Alemanha**, cortam gastos com trabalho, assistência social, infraestrutura, construção e defesa; serão despedidos 10.000 servidores públicos, está sendo analisada uma redução de 40.000 soldados no exército, estão sendo suspensos reajustes salariais e subsídios a desempregados.

Na **Hungria**, houve um duríssimo ajuste há vários meses, indicado pelo FMI, e na **Romênia** redução de salários de servidores estatais de 25%, e de 15% nas aposentadorias. Nestes dois países, o desemprego é superior a 10% e a pobreza afeta 2/3 da população.

Todas essas medidas, já em execução, mostram a firme vontade dos governos, sejam socialdemocratas, trabalhistas, socialistas conservadores ou liberais, de atacar as condições de vida das massas, arrancar-lhes suas conquistas, impor a elas um forte retrocesso.

Essas medidas, além disso, são recessivas. Como poderão os países em dificuldade pagar sua dívida no futuro se hoje já não podem? O informe do FMI sobre a Grécia mostra o enorme peso que têm os juros de sua dívida, e essa proporção aumentará uns 50% até 2012, aplicando-se as medidas recomendadas.

As projeções do FMI (acordo *Stand By*) indicam que, com as medidas adotadas na Grécia, o desemprego crescerá de 9,4% a 14,8% em 2012; **mais de 50% de desempregados!** E a dívida pública crescerá de 115% a 149% do PIB. Stiglitz (Nobel de Economia em 2001) afirma que o desemprego dos jovens na Grécia se aproxima de 30%. Na Espanha, supera os 44%, “imagine-se os problemas caso subisse aos 50% ou 60% [...]. A possibilidade de convulsão social é real”.

O desemprego na Espanha afeta mais de 4 milhões de trabalhadores. Na Letônia, o índice é de 22,5%; na Estônia, 19%; Lituânia, 17,4%. Mais de 23 milhões sem trabalho na União Europeia, o maior índice em uma década, antes que se apliquem as novas medidas que multiplicarão estes índices (nível geral de jovens desempregados na Europa: 20%). Isto é destruição de forças produtivas!

O Primeiro Ministro Cameron, do novo governo britânico, planeja a criação de um imposto sobre a atividade bancária e a possibilidade de fragmentar os grandes bancos. Nas reuniões preparatórias do G20, nos primeiros dias de junho, os ministros de finanças estudam também um im-

posto mundial aos bancos para financiar os resgates e chamam a acelerar a reforma do sistema financeiro (o G20 se reunirá no Canadá em fins de junho). É o mesmo discurso dos últimos dois anos; reconhecer os estragos produzidos pelo sistema financeiro no conjunto da economia, e confessar que não fizeram nada, e nem podem! Nem sequer puderam recomendar a criação de um imposto, e como conclusão chamaram a realizar mais ajustes nas economias.

Quando despontou a crise financeira em 2008, falou-se de ser duro com os que a provocaram. Um ano e meio depois e com as dívidas europeias disparadas, até agora as sanções somente caíram sobre os países que se endividaram para salvar os bancos, e as sofreram os cidadãos, através de duros planos de ajuste.

Nos EUA, o governo impulsiona uma reforma financeira, dizendo ser para “proteger as pessoas, o consumidor”, regular o mercado hipotecário, que “não haverá mais resgates pagos com o dinheiro dos contribuintes” (Obama), evitar “quebras desordenadas”, uma forma de restringir as operações de risco dos bancos como se fez em 1934.

Enquanto se mencionava que se devem tomar medidas para frear a especulação, a Alemanha tomou em maio algumas medidas muito limitadas intervindo na “indústria financeira”, como proibir operações especulativas com títulos da dívida dos países da zona do euro, ações de 10 bancos alemães e seguros contra *defaults*, por identificar este tipo de manobras como a origem da crise da dívida, é castigada pelos mercados e criticada pelos governos da Europa.

O Conselho Europeu estuda um endurecimento do Pacto de Estabilidade e maior disciplina orçamentária. Propõe incluir nas legislações de cada país as regras preventivas do pacto de estabilidade e crescimento. A Alemanha propõe um processo de insolvência ordenada para os países que se encontrem em estado de quebra prática. O governo da França advoga reformar sua constituição para estabelecer como princípio o controle do déficit público. Berlim quer que todos os membros da União Europeia copiem em suas legislações uma disposição que a Alemanha incluiu em sua constituição, pela qual, a partir de 2016, o déficit público não pode passar de 0,35%, e propõe também que sejam quitadas as subvenções europeias e o direito a voto nas reuniões da UE aos países que superem os limites de déficit público e dívida pública; impor a seus sócios regras estritas e sanções aos que não as cumpram. Dizem que as medidas adotadas se direcionam à defesa da viabilidade do Euro e se cogita a possibilidade da saída do Euro por parte dos países mais débeis.

Os países não têm como apelar a uma desvalorização, então sua “saída” é através da queda dos custos (remediar sua falta de competitividade reduzindo salários). Em síntese, as principais potências querem avançar em uma colonização das nações mais débeis, impondo-lhes severas condições de vassalagem em troca de continuarem com o Euro.

A Alemanha propõe que os países com problemas devam ter seus orçamentos aprovados pelo BCE antes que pelos seus parlamentos. Constrói-se um sistema em que os países mais ricos tomam as decisões e as medidas que se tomam e se propõem apontam a que um setor mais concentrado seja quem tome todas as decisões. Quando falam de coordenação fiscal e unidade política para tomar decisões, estão reclamando uma atribuição de soberania por parte dos países em crise, mas se chocam com os Estados nacionais, que resistem em desaparecer. A ideia que deve materializar-se nas principais potências é a de criar um Estado supranacional que possa “resgatar” os Estados em problemas.

Como já se viveu na América Latina, a receita também é privatizar as empresas públicas, ainda que se consigam somas insignificantes em comparação com sua dívida. Na Grécia, se propõem privatizações na área de transportes, correios e águas, como também aeroportos e portos, para arrecadar 1 bilhão de euro, para “valorizar” a importante fortuna do Estado. A crise é sempre uma oportunidade para fazer bons negócios e se aproveitar daqueles que se encontram em dificuldades.

Nos EUA, “é possível que o governo precise realizar cortes de gastos e aumentar impostos que cheguem entre 7% e 10% do PIB. E quanto mais esperemos, tanto maiores deverão ser os cortes devido aos custos cumulativos dos juros. Os 7% do PIB são, na atualidade, em torno de um bilhão de dólar [...] Que deveria ser feito? Um plano que incluisse um pouco de cada coisa e mais: digamos, aumentar a idade para aposentadoria, reduzir as enormes deduções de juros hipotecários e seguro de saúde; acabar com os impostos privilégios corporativos; reduzir as pensões de alguns empregados públicos; limitar o desperdício dos projetos militares ou espaciais; esforçar-se mais para evitar o aumento desmedido dos gastos de Medicare²” (David Leonhardt – *The New York Times*).

O estancamento e recessão nas principais potências acentua a pressão sobre a China pela valorização do Yuan; acusam a China repeditamente de manipular o tipo de câmbio. Impulsionam a maior pressão da Organização Mundial do Comércio. A China não aceita o nível de reajuste que as potências pretendem, e acaba de confirmar que manterá sua política monetária, acentuando-se o conflito comercial. Ao mesmo tempo, contraditoriamente, espera-se que a China seja a salvadora da economia, que não venda suas reservas em euros, enquanto eles temem pela explosão de suas próprias “bolhas”.

Um setor da burguesia, os chamados neokeynesianos, afirma que as reformas não são suficientes, que é necessário adaptar medidas de caráter estrutural. Stiglitz (Prêmio Nobel de Economia) levantou a necessidade inexorável de passar a outro capitalismo. Rechaça os planos de austeridade, dizendo que por esse caminho se vai ao desastre, que fará explodir o desemprego e trará depressão, e pede que se forme “um fundo de solidariedade para a estabilidade”; propõem a re-

estruturação de todas as dívidas, um federalismo fiscal com emissão de títulos respaldados pela UE, etc. William White, presidente da OCDE, reclamou que os países com problemas dentro da zona do euro suspendam os planos de ajuste. Têm consciência de que o crescimento se debilitará ou se estancará e alertam sobre a resistência da sociedade.

Outro setor sustenta que o problema é a existência de bancos demasiadamente grandes para que se quebrem, então se trata de limitar seu tamanho e seu negócio. Outro setor (como Financial Times) opina que a Europa cai por não ter feito antes o ajuste, por ter seguido em “festa”, por ter financiado excessos de consumo; agora se deve melhorar a produtividade realizando uma dura reforma estrutural que se estava evitando. O Ministro de Finanças da Itália, Giulio Tremonti, afirmou que “é evidente que todo o continente tem de modificar seu modelo político, a estrutura de seu Estado de Bem-estar e seu modelo social. Se a quantidade de fundos públicos é limitada, temos o dever de decidir em que lugar este dinheiro será mais eficiente.”

Todos eles coincidem, logicamente, em que o capitalismo deve ser preservado, ainda que as medidas e os planos se diferenciem uns dos outros.

Nenhum dos analistas faz referência à economia militar, ao peso cada vez maior no conjunto da economia, à dependência cada vez maior do gasto militar. Ao analisar o endividamento grego, se encontra claramente o peso que tem o armamentismo em seu gasto, em nome de seus históricos conflitos com a Turquia. As nações mais poderosas correm para manter atualizadas suas forças com os últimos avanços tecnológicos, potenciando seus déficits.

Não há pacotes que possam resolver a crise, nem instrumentos da política econômica burguesa que possam resolver a magnitude do problema. Ao não serem atacadas as causas da crise, esta continua se expandindo e se reproduz em escala cada vez maior. Todas as medidas são insuficientes, porque não vão à raiz do problema. Nenhuma regulação podia conter a crise nem poderá; a crise continuará se aprofundando.

Não há “profundas reformas” que possam tirar o capitalismo da crise, não há pacotes que possam ser suficientes. Não é possível reformar o capitalismo. Sua sobrevivência ameaça aceleradamente as condições de vida das massas, não somente nas colônias e semicolônias, mas também, como vemos, no coração das potências imperialistas. Na base da crise se encontra a contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas que se chocam com as relações capitalistas de produção, como também a contradição entre as fronteiras nacionais e o mercado mundial.

As conseqüências de todos esses ajustes, se forem impostos, são terríveis para as massas. O capitalismo busca destruir massivamente forças produtivas de todas as ma-

2 Programa de seguro social administrado pelo governo dos EUA.

neiras para encontrar uma nova base de onde começar sua recuperação; para as massas, a barbárie. Esta é sua saída para escapar da crise de superprodução.

O capital financeiro internacional está tomando medidas que são golpes duríssimos. Devem ser rechaçados todos os ajustes. Manter os planos de obras públicas, não aumentar a idade para as aposentadorias, rechaçar as reduções salariais, e sobretudo generalizar a luta de todos os trabalhadores empregados e desempregados para acabar com o desemprego, repartindo todas as horas entre todos os trabalhadores sem afetar o salário. O desemprego alcançou níveis catastróficos, especialmente na juventude, e se multiplicará rapidamente com as novas medidas. Devem ser impedidos os *fechamentos* de estabelecimentos e as demissões. Deve-se generalizar a luta em toda a Europa com esta bandeira central. Trata-se de questões vitais. Se não se derrota o capital financeiro, se aproxima um retrocesso muito significativo nas condições morais e materiais da classe operária.

Os burocratas sindicais de toda espécie buscam formas de conciliar o descontentamento das bases tomando algumas medidas limitadas para descomprimir e testemunhar o rechaço aos ajustes. Mas os ajustes devem ser derrotados e se deve generalizar a luta para conseguir emprego para todos.

É necessário combater todos os reformistas que contrapõem a todas estas medidas algumas medidas de estímulo à economia. O que pretendem fazer é manter a ideia de que é possível sair da crise sem ir ao fundo dos problemas. Estas políticas desarmam politicamente as massas com a ideia de que as soluções podem se encontrar sob o regime de dominação capitalista.

Estas medidas que estão sendo aplicadas têm consequências políticas. Os governos de todo tipo se alistam para enfrentar o rechaço e os protestos radicalizados da população. Mas ao mesmo tempo se decompõe a sociedade promovendo-se as formas mais bárbaras de chauvinismo contra os trabalhadores imigrantes que são perseguidos e expulsos, colocando-os como culpados do desemprego massivo.

O imperialismo em crise ameaça cercar e invadir o Irã com a desculpa de impedi-lo de desenvolver energia atômica autonomamente (porque lhe permitiria alcançar o armamento atômico). (ver a declaração de junho do Comitê de Enlace) Na Coreia se produziu um enfrentamento militar, como um dos terrenos onde se expressam os choques entre os EUA e a China. Promovem-se iniciativas nos EUA para intervir militarmente na fronteira com o México em seu próprio território, enquanto endurece a legislação contra os imigrantes. Se reforça a intervenção yanque na África com a desculpa do combate ao terrorismo e promovem enfrentamentos entre as nações para assegurar o controle da exploração petrolífera. Israel atacou selvagemmente um comboio de ajuda aos palesti-

nos sitiados na Faixa de Gaza. A decomposição acentua os traços bélicos, as provocações militares. Pela via do armamentismo e da guerra, também se destroem forças produtivas.

Toda esta crise continua se descarregando sobre as semicolônias que veem limitadas suas possibilidades de exportação pela recessão nas metrópoles e pelas medidas protecionistas que vão sendo impostas, ao que se soma a pressão por colocar suas mercadorias excedentes em nossos mercados.

O sistema financeiro deve ser nacionalizado integralmente, sem indenização; desconhecer todas as dívidas por parte das colônias e semicolônias.

Repetimos: não há forma de reformar, regular ou controlar o capitalismo – ele deve ser liquidado.

A classe operária europeia e as massas em geral não têm saída nem com o euro, nem na zona do euro. A unidade da Europa deve ser gestada sobre bases socialistas, acabando com o capital financeiro, com as multinacionais, expropriando-as, transformando-as em propriedade social. A perspectiva devem ser os Estados Unidos Socialistas da Europa.

As massas reagem como podem, com as organizações que têm e com direções comprometidas com a preservação do sistema capitalista.

As massas na Grécia já protagonizaram várias greves gerais contra seu governo “socialista”. Protagonizam manifestações de milhares, algumas muito radicalizadas, contra a “reforma antissocial e neoliberal” das pensões. Os governos caem porque são vistos como os responsáveis por aplicar estas medidas. Zapatero é acusado por ter traído suas promessas de que nunca cortaria os gastos sociais. Os sindicatos de servidores estatais espanhóis realizam mobilizações e greves e as centrais ameaçam com uma greve geral.

O mesmo na Itália. Na Romênia, se convocou a greve geral por tempo indeterminado.

Os sindicatos europeus (ETUC) convocaram para o Dia de Ação Europeia em 29 de setembro com marchas em Bruxelas e outras cidades e todo tipo de medidas para protestar contra a política da União Europeia.

A ação conjunta do capital financeiro contra as massas em vários países promoveu a resposta simultânea das massas em numerosos países, o que potencia suas possibilidades de luta. Que também se assemelham hoje com as lutas operárias na China por ajustes salariais.

Estas lutas devem adotar necessariamente um programa, uma perspectiva revolucionária para poderem triunfar, para não serem desviadas por caminhos legalistas, eleitoralistas.

As massas devem recuperar de sua rica história as melhores experiências e tradições e tomar em suas mãos as bandeiras do Programa de Transição da IV Internacional, é ali onde se expressa politicamente todo esse legado da classe operária internacional.